

036ª SESSÃO ORDINÁRIA – 02MAI2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Fernando Lorenz de Azevedo, representando o Centro de Diagnóstico e Hospital-Dia, DiagLaser, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo ao ECODiagLaser, o primeiro hospital oftalmológico sustentável do Brasil.

O SR. FERNANDO LORENZ AZEVEDO: Muito boa-tarde. Em nome do DiagLaser, agradeço ao Ilmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores desta Capital, Ver. Dr. Thiago, pelo convite para participarmos desta Tribuna Popular, onde apresentaremos a empresa, o projeto de construção do primeiro hospital oftalmológico sustentável do Brasil e nossa atuação junto ao Sistema Público de Saúde no seguimento de Oftalmologia.

Em nome do Sr. Presidente, saudamos também todos os Vereadores e demais autoridades aqui presentes.

O DiagLaser é um hospital-dia oftalmológico, com mais de 15 anos de atuação na prestação de serviços de saúde. Especializado em Oftalmologia, disponibiliza para médicos, operadoras e pacientes um ambiente seguro e confortável, os melhores equipamentos e uma equipe técnica treinada para atuação com excelência em exames complementares ao diagnóstico, tratamento e cirurgias. Reconhecido em todo o Brasil por seu modelo de negócio inovador e consagrado no Rio Grande do Sul, o DiagLaser tem sede em Porto Alegre, sendo uma empresa genuinamente regional. Com cerca de 50 colaboradores diretos, a empresa tem um corpo clínico aberto, sendo referência para mais de uma centena de oftalmologistas do Rio Grande do Sul que utilizam a estrutura cirúrgica, ou as áreas de tratamento e diagnóstico. No atual ciclo de nosso planejamento estratégico, o DiagLaser agrega o conceito de desenvolvimento sustentável. A nossa garantia é um processo contínuo de qualificação e capacitação em busca da excelência nos serviços e com os olhos permanentemente focados em nossa visão: ser, em 2015,

uma empresa referência em Oftalmologia no Brasil, nos segmentos de diagnóstico, tratamento e cirurgias, seguindo as melhores práticas de gestão internacional.

Em sua busca constante para se aperfeiçoar, o DiagLaser sonhou com um hospital oftalmológico todo novo, com o que de mais moderno a Medicina tem para oferecer. Se é novo, se é moderno, por que não sustentável? Nasceu então o ECODiagLaser, um local de celebração da saúde, de clientes e do planeta. Mais do que uma tendência, entendemos que os cuidados com o meio ambiente e o crescimento sustentável serão uma necessidade em um futuro próximo, chegando a todos os setores da sociedade impactando, especialmente, o segmento da saúde.

Nesse sentido, alinhados com as metas estratégicas e com os objetivos do grupo, apresentamos, em 2012, o projeto de construção do primeiro hospital verde do sul do Brasil que será construído seguindo os padrões para a obtenção do selo de sustentabilidade, liderança em energia e *design* ambiental. O projeto iniciou em 2012. As obras físicas começarão em 2013 e a entrega do edifício está prevista para ocorrer até 2015. Desde o projeto e localização do edifício, passando pelas técnicas de construção, fornecedores e materiais utilizados, até a manutenção de um sistema eficiente na utilização dos recursos naturais, potencializando com ações permanentes de responsabilidade social e comunitária, a nova sede do Grupo DiagLaser promete ser um marco importante no início de uma consciência sustentável no segmento da saúde. A construção visará melhor desempenho energético, utilizando materiais de alta eficiência, captando água da chuva para utilização interna, aproveitando ao máximo a iluminação e refrigeração natural, separando e armazenando resíduos recicláveis além do telhado com jardins verdes. Um conceito que integrará ação ambiental e cidadania corporativa, melhorando o ambiente de trabalho.

O incentivo ao transporte público e alternativo, com bicicletário e ligação do prédio com sistema viário de ciclovias da Capital. A acessibilidade total do edifício e apoio às ações sociais e voluntariado integram o moderno conceito de sustentabilidade, cujos pilares são: socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto. Mesmo antes da certificação, o uso racional de recursos energéticos e consumo de papel foram incentivados através da implantação do prontuário eletrônico, dos exames diagnósticos *on-line*, da conscientização na separação do lixo entre outras iniciativas.

A comissão de sustentabilidade está empenhada para que os colaboradores incorporem esses valores em seu dia a dia, não somente em suas tarefas profissionais, mas exercitando em sua casa, com seus amigos e familiares. Nesse ponto, Vereadores, e no exercício de outro valor fundamental da empresa, a responsabilidade social, o DiagLaser atua no segmento da Saúde pública em parceria com o Hospital Porto Alegre da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre para o atendimento oftalmológico pelo Sistema Único de Saúde. Iniciamos o atendimento no segundo semestre de 2011, e, após um período inicial de adequações, estamos, neste mês de maio, implantando mudanças bastante positivas para consolidar o serviço e criar as condições que possam torná-lo um dos mais importantes serviços oftalmológicos do Rio Grande do Sul. Durante esses meses iniciais, foram realizados quase 80 mil atendimentos, sendo mais de 2 mil cirurgias e tratamentos oftalmológicos na área pública. A aquisição de equipamentos de última geração para realização de cirurgias de catarata e retina e o aumento da área física no Hospital Porto Alegre para a realização de exames complementares permitirá a melhoria dos fluxos e um atendimento resolutivo num prazo equivalente aos melhores serviços públicos do País neste segmento, assim como o início das atividades do serviço de entrega de edificação para o tratamento de glaucoma.

Também estamos iniciando o processo para habilitação do serviço no transplante de córneas e, para isso, disponibilizamos um equipamento revolucionário, o intralaser, um *laser* de femtosegundos. Esse equipamento, com mais de 14 milhões de procedimentos realizados no mundo, representa melhoria significativa na qualidade de vida dos pacientes e economia para a sociedade e para os governos, com impacto na efetividade do gasto público. Num transplante convencional, o tempo de retorno do paciente às suas atividades normais demora mais de um ano; no procedimento com essa tecnologia, o paciente é liberado em cerca de três meses, com benefícios evidentes, pela diminuição das licenças, aposentadorias por invalidez, consultas, administração de medicamentos e tratamento em geral. Além disso, os pacientes terão uma visão melhor e maior resistência a lesões no futuro.

Nesse sentido, está adequado às modernas concepções de gestão pública, que priorizam a efetividade do gasto público, em decorrência do princípio constitucional da eficiência administrativa. Um aspecto importante da atividade do DiagLaser, seja com a construção

do primeiro hospital oftalmológico sustentável do Brasil, seja pelo impacto das novas tecnologias e do modelo de negócio, são os benefícios indiretos de sua atuação.

Um dos exemplos que podemos citar é o do Hospital de Olhos de Sorocaba. Essa instituição é hoje referência internacional no setor de transplante de córneas, e sua influência ultrapassou os limites das paredes do hospital. Atrai para o Município centenas de pessoas que buscam a melhor tecnologia, a *expertise* da equipe médica e a gestão qualificada do negócio, com resolutividade e qualidade.

São os efeitos econômicos do que hoje conhecemos como turismo da Saúde, com influências sobre a rede municipal e regional hoteleira, de alimentação, empregos, transporte e outros setores.

Outro benefício indireto importante é o fortalecimento de um polo de pesquisa médica em eventos de Saúde. Com a melhor tecnologia disponível e a qualidade inquestionável dos profissionais de nossa região, Porto Alegre será cada vez mais uma referência nacional e internacional para a Oftalmologia, abrigando eventos nacionais e internacionais.

Finalizando, agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para outros encaminhamentos e perguntas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Convidamos o Sr. Fernando e toda a sua equipe a fazer parte da Mesa. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; prezado Fernando e equipe, cumprimento carinhosamente todos os senhores. Colegas Vereadores, Sr. André Pontin, Sr. Marcio Fernandes, este momento é muito especial para mim, colegas, e não preciso repetir aqui a minha recente experiência. Fernando, Diretor da DiagLaser, talvez esteja fazendo uns dois meses quando da constatação da minha doença. Eu sou Vice-Presidente da Casa, e o Presidente, Dr. Thiago, estava me dando muito trabalho, e eu estava reclamando para ele. Eu tenho um plano de saúde, mas, infelizmente, os planos de saúde, hoje, são um pouquinho melhor que o SUS, mas não são mais como eram antigamente, quando a gente tinha mais facilidade na marcação de consultas. E o Dr. Eduardo Portella

Vasconcellos solicitou que eu fizesse um exame mais apurado, porque, ao examinar este olho, ele me disse que havia algo que ele não conseguia detectar com os aparelhos que tinha. Aí começou a demorar muito a agenda nas clínicas, e eu estava incomodado, era um mal-estar no olho, e eu disse para o Dr. Thiago: Para de me dar trabalho e me dá um jeito, já que és médico, vê algum conhecido para que eu consiga marcar uma consulta. Imediatamente, o Ver. Dr. Thiago marcou consulta no DiagLaser, e eu não os conhecia. Quero dar o depoimento a todos que nos assistem de que eu não conheci atendimento melhor. Eu fui muito bem atendido no DiagLaser nas várias vezes em que lá estive. Eu disse isso ao Fernando mais de uma vez ao telefone; eu disse isso em outros momentos nos quais eu agradei ao Ver. Dr. Thiago e aos também médicos Dr. Eduardo Portella, Dr. Rubens Gurski, Dr. Geraldo Pereira Jotz, Dr. Jacó Lavinsky, Dr. Carlos Labarthe Filho e sua esposa, Clênia, Dr. Rolf Udo Zelmanowicz, Dr. Oly Campos Corleta, Dr. Amarílio Vieira de Macedo e, por fim, ao cirurgião que fez o serviço, Dr. Marcelo Krieger Maestri. Mas hoje é o dia de fazer essa referência à sua empresa e à equipe que lá trabalha. Eu preciso fazer isso como o dever de alguém que passou por lá. E eu disse, mais de uma vez, aos meus colegas, que tive a felicidade de ter, primeiro, um plano de saúde e, depois, amigos e amigas médicos. Eu me vejo curado, mas também me vejo com um problema eterno que vai ser aquele de ficar sempre pensando que, se eu tivesse, Débora, dependido daquilo que a maioria da população brasileira depende, do SUS, eu não estaria aqui hoje falando aos senhores. Então, prezadíssimo Fernando e toda equipe da DiagLaser, nossos cumprimentos. Lá eu estive três vezes e tenho um faro apurado, Fernando, trabalho com público - fora daqui, no meu escritório profissional, faço prestação de serviços há 30 anos -, então aqui está falando quem conhece um pouco das relações humanas, principalmente quando diz respeito à prestação de serviços. Eu via e vi, nas vezes em que lá estive, que o atendimento não era só comigo, mas com todos. Precisa-se fazer esse registro, porque não é em todos os lugares que nós encontramos a gentileza e a educação que lá eu encontrei, senhoras e senhores que nos assistem. E eu tive essa experiência positiva com vocês. Parabéns, Thiago, por ter me colocado no caminho desses profissionais, e eu não podia deixar, hoje, de fazer esse registro como uma forma de gratidão e reconhecimento pelo trabalho que os senhores fazem. Aqui não está um simples discurso, uma fala sem a comprovação; eu comprovei o trabalho eficiente dos senhores e a preocupação, Ver. Cecchim, pois sua mãe também passou por experiência

semelhante. Quando lá recebi a sinalização, tiveram a preocupação de ligar para o Dr. Marcelo Maestri, e de lá já fui diretamente ao consultório do Dr. Marcelo Maestri, que me atendeu maravilhosamente. Como tu, Thiago, foste parceiro, um verdadeiro médico, um verdadeiro irmão quando nos acompanhou nessa caminhada, pequena, mas que, para quem a faz, é longa.

Se me permitirem, porque não temos aqui a liberdade de falar quando queremos, peço vênua, compreensão, do Fernando Lorentz e sua equipe para aproveitar esses minutos que ainda me sobram para falar de um outro assunto. Como estou falando em Liderança, quero, em primeiro lugar, fazer um agradecimento ao meu Líder de Bancada, Ver. Tarciso Flecha Negra, por me permitir que pudesse vir aqui falar em nome da Bancada. A Bancada do PSD assinou a CPI e não retira a assinatura, porque nós temos muito claro que, se há um companheiro do nosso Partido envolvido, mais do que ninguém, nós, Ver. Tarciso, precisamos colaborar com a investigação, ainda que eu tenha, Ver. Tarciso, um projeto tramitando nesta Casa que muitos dizem da dificuldade em razão da constitucionalidade, de que, em assunto investigado, não cabe CPI, e é verdade. Mas, neste caso, é um companheiro nosso, é um companheiro do Partido. Nós temos que colaborar nesse sentido. Nós conversamos várias vezes, eu e o Ver. Tarciso, e chegamos à conclusão de que nós deveríamos assinar, e foi por isso nós assinamos. Respeitamos quem pensa diferente, ainda que alguns comentários jornalísticos apontassem, em um primeiro momento, que nós recuaríamos. Está lá, não vou citar o nome para não dar crédito para ele: “Duvido que o Ver. Bernardino e o Ver. Tarciso segurem a parada. Serão os primeiros a retirar as assinaturas.” Nós não o faremos. Mas também não vamos ficar aqui, Ver.^a Fernanda, Ver. Pedro Ruas e demais que coordenaram a coleta das assinaturas, falando o dia inteiro sobre esse assunto. Nós precisamos também, já que não foi possível fazer a CPI, acreditar na possibilidade das investigações da Polícia para incriminar quem tem culpa e reconhecer se alguém, equivocadamente, está indiciado.

A todos é dado o direito de defesa. Então nós queremos acreditar que o nosso companheiro que lá está possa justificar as suas ações de forma a não desmerecer no sentido de nos deixar mal perante a opinião pública. Eu vou confessar agora, vou falar só por mim, eu tenho quase certeza de que o Ver. Tarciso me acompanha, não é possível, mas, se pudesse, eu também não seria filiado a nenhum Partido, porque como a gente paga caro por isso – como a gente paga caro por isso! É comum as pessoas nos

questionarem sobre ações dos nossos companheiros. Como a gente paga caro por isso!
É lamentável! Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Luiza Neves está com a palavra, nos termos do artigo nº 206 do Regimento.

A SRA. LUIZA NEVES: Sr. Presidente, gostaria aqui de saudar nesta tarde o Sr. Fernando, o Sr. André, o Sr. Marcio da DiagLaser, desejar as boas-vindas para vocês, e dizer que eu falo em nome da Bancada do PDT, dos Vereadores Márcio Bins Ely, Nereu D'Avila, Mario Fraga, Delegado Cleiton, Janta. Depois desse depoimento que nós tivemos do Ver. Bernardino, referente ao trabalho de vocês, do reconhecimento da empresa que vocês representam e de todo o serviço que vocês prestam para a comunidade porto-alegrense, já não precisamos mais usar de outras palavras, apenas desejar sucesso, desejar que o trabalho de vocês continue progredindo, que seja próspero e que Deus continue abençoando vocês.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Luiza Neves. Solicito ao Ver. Bernardino Vendruscolo que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): o Ver. João Derly está com a palavra, nos termos do artigo nº 206 do Regimento.

O SR. JOÃO DERLY: Sr. Presidente, em nome do PCdoB, quero cumprimentar o Sr. Fernando Lorenz de Azevedo, o André Pontin, o Marcio Fernandes e o Dr. Hermeto, da AFM. Em nome do PCdoB, nós parabenizamos vocês, Bernardino é uma prova viva do trabalho de vocês. A Saúde é um dos principais problemas do nosso País. Iniciativas, tecnologia, avanço científico a favor da Saúde, nós apoiamos e fico contente em ver um

trabalho de vocês. Se Deus quiser, esse hospital vai trazer tantos benefícios a tantas pessoas como a Saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver. João Derly, do PCdoB. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Bernardino, nosso grande Vice-Presidente, Presidente em exercício, caros colegas Vereadores e Vereadoras. Eu até insisti para que a ECODiagLaser pudesse mostrar esse projeto para todos nós, e quero agradecer bastante aqui a presença do Fernando, do André, do Márcio e do Hermeto. Não é fácil uma instituição, com 15 anos, prestando serviço de alta tecnologia na área de Oftalmologia, numa área médica, isso é muito difícil e acaba, por si só, já mostrando a qualidade de serviço e a necessidade que, efetivamente, a nossa comunidade tem desse tipo de prestação de serviço.

Digo que 80 mil atendimentos e 2 mil cirurgias, todas pelo SUS, num período de quatro meses, mostra que realmente o serviço está sendo extremamente resolutivo.

Quero dizer, para quem não conhece, que a DiagLaser presta serviço pelo SUS, no Hospital Porto Alegre, junto ao Hospital Porto Alegre. E nós tivemos a oportunidade, visitando o Hospital este ano, inclusive, fora as diversas vezes em que visitamos a DiagLaser, mas visitando as instalações no Hospital Porto Alegre, neste ano, de constar *in loco* esses atendimentos.

Acho que nós podemos encaminhar aqui, e falo em especial ao Ver. Paulo Brum, Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que, há pouco, estava ali, mas certamente está nos escutando de seu gabinete, que é importantíssimo tornarmos esse serviço de eleição e de qualidade. Com relação à qualidade nós já constatamos, no atendimento de um colega, um dos grandes serviços de referência na área de Oftalmologia desta Cidade, principalmente vinculados a uma questão muito difícil, que não se tem hoje uma referência na Cidade, que é a questão de transplante de córnea. Nós precisamos avançar nesse sentido.

Trabalhando na rede de saúde periférica da Cidade, há 16 anos, a gente constata que Traumatologia e a Oftalmologia são, sem dúvida nenhuma, Fernando, as duas

especialidades com maior demanda reprimida que nós temos. E, na outra ponta, nós temos um serviço de qualidade que já está contratualizado pelo SUS, que é o serviço que vocês prestam, que precisa ser ampliado. Então, nada melhor do que essa visita, nada melhor do que esse momento, nada melhor do que esse projeto inovador, no sentido de ser um hospital sustentável, nada melhor do que tudo isso para nós dizermos em alto e bom tom que nós precisamos ter essa referência em termos de Oftalmologia na cidade de Porto Alegre e que nós precisamos avançar nisso, para que as pessoas tenham menos dificuldade nesse tipo de atendimento. Com relação ao Ver. Bernardino Vendruscolo, para quem não sabe, ele teve um melanoma de coróide na parte posterior do olho - é um tumor. Ele sabe disso, já disse aqui, é um tumor maligno que normalmente acomete a pele das pessoas e que é incomum na parte do fundo do olho, na parte de trás do globo ocular, mas, já na primeira alteração da sua visão, ele procurou buscar o atendimento. Então, isso a gente usa como exemplo também para dizer para a nossa população de Porto Alegre que, quando tiver uma alteração brusca da sua visão, uma alteração brusca das suas atividades funcionais e vitais, deve procurar o atendimento médico. Sem dúvida nenhuma, isso foi determinante para que ele pudesse fazer esse diagnóstico precoce e pudesse estar aqui muitos anos ainda, utilizando tempo em demasia, o que certamente vai fazer ao longo deste período, trabalhando em prol da cidade de Porto Alegre. Mas é muito importante fazer o diagnóstico precoce dos problemas; por isso que nós já tivemos outros projetos em conjunto. O Projeto da prevenção, da utilização do teste do HIV para as pacientes gestantes ser disponibilizado na Rede Básica de Saúde, nos postos de saúde, pelo menos em um de cada região da Cidade, foi um exemplo claro disso, para prevenir a transmissão vertical do vírus HIV. Esse projeto saiu desta Casa, a despeito de serem ditas outras coisas por aí, Cidade afora. O Projeto da Semana da Verminose, que visa alertar para os perigos da verminose, que ainda existem, saiu desta Casa. Então, mais uma vez, eu acho que, a partir de um exemplo claro e objetivo de um caso concreto que todos nós vivenciamos e presenciamos, nós podemos fazer uma profunda reflexão, Fernanda Melchionna, da Saúde pública Municipal, mostrando que ela avançou – nós temos 80 mil consultas e 2 mil cirurgias, mas precisa avançar com tecnologia e com conhecimento de ponta. E a DiagLaser tem toda a possibilidade de, a partir disso, contratualizar com o Município e efetivamente ser a grande referência em transplante de córnea. Quero, desta tribuna, em nome dos 36 Vereadores, dar meu muito obrigado à

possibilidade que vocês nos deram de permanecer, com muita saúde e por longo tempo, com o Ver. Bernardino aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h1min.)...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (15h3min) Estão reabertos os trabalhos.

Hoje, estão presentes, no Plenário da Câmara dos Vereadores, os alunos do Ensino Fundamental da Associação Beneficente Amurt Amurtel. Parabéns pela estada, ficamos sempre à disposição, principalmente dos professores Luis Fernando Luz e Julia Casteli. Sejam bem-vindos a esta Casa.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna, em nome da Direção Estadual do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, que divulgou, já na terça-feira, uma nota sobre a Operação Concutare, desencadeada na última segunda-feira pela Polícia Federal, que resultou na prisão de servidores públicos e autoridades do Governo do Estado e da Prefeitura da Capital, da nossa Porto Alegre, ler, na íntegra, essa nota e também uma nota minha que acabei de divulgar na manhã de hoje: Ao assumir a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema, e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental - Fepam, o Partido Comunista do Brasil, a convite do Governo Tarso Genro, enfrentou os problemas estruturais do sistema ambiental que persistem há mais de uma década.

Em 2011, os técnicos indicados pelo Partido reestruturaram o setor. Na Fepam, por exemplo, novos servidores foram contratados, procedimentos foram revisados e o órgão reforçou o cuidado com o meio ambiente, deixando de ser visto como entrave ao desenvolvimento do nosso Estado. Essa atuação é reconhecida pelo Governo Estadual, pelo Governo Municipal e pelo Governo Federal.

Com o objetivo de retomar o protagonismo ambiental do Estado, os processos prioritários para o Governo, aprovados na Sala de Gestão do nosso Governador Tarso Genro, tiveram a sua tramitação baseada na agilidade, que, pela reestruturação, conseguimos dar, respeitando-se todas as legalidades dos procedimentos.

Diante de possíveis irregularidades na atuação de servidores, agora presos pela Operação Concutare da Polícia Federal, foram abertos processos de sindicância com aplicação das punições administrativas cabíveis, além da revisão do processo de licenciamento.

O PCdoB foi surpreendido, sim, com a prisão do Secretário Carlos Fernando Niedersberg. Ele é um dirigente do Partido, prestigiado no Governo Tarso em razão da sua capacidade política e técnica - formado Químico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -, demonstrada desde a campanha eleitoral, ocasião em que contribuiu na elaboração do programa de Governo. Ao saber da investigação da Polícia Federal, a direção da Sema e da Fepam colocaram-se à disposição das autoridades. O Partido Comunista do Brasil defende ampla investigação e tem convicção de que todos os fatos serão esclarecidos em benefício da sociedade.

Lida a nota do meu Partido com relação à Operação Concutare, como Vereadora do Partido Comunista do Brasil, quero aqui deixar registrado, nesta tribuna desta Câmara para a qual fui eleita, 30 anos depois, por um processo de uma história de vida política inabalável, em relação às supostas doações de campanha mencionadas pela imprensa, que a prestação de contas de minha campanha de 2012 foi entregue no prazo estipulado pela Justiça Eleitoral e aprovada pela mesma. Não recebi doação de nenhuma pessoa envolvida neste episódio. Todas as doações e gastos foram declarados à Justiça Eleitoral e a prestação de contas está à disposição de todo cidadão, no Tribunal Regional Eleitoral, que quiser ter acesso a ela. E no mesmo dia em que entreguei a prestação de contas da campanha de 2012 entreguei ao meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, de acordo com a legislação vigente, o montante da dívida que restou com os respectivos credores

da campanha. Porque a partir daquele momento é de responsabilidade dos Partidos, isso é lei.

Há 30 anos que participo de eleições, perfazendo um total de 11 campanhas para o Legislativo e o Executivo; lembro aqui que fui candidata à Vice-Prefeita de Vieira da Cunha em Porto Alegre e à Vice-Governadora de Olívio Dutra no Estado do Rio Grande do Sul, e todas as campanhas, todas, foram feitas dentro da legalidade. Nesses 30 anos, todas as prestações de contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral, sem nenhum questionamento.

Defendo, assim como o meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, as investigações da Polícia Federal, que, hoje, tem tido um papel importante no nosso País na busca da moralidade pública, que sempre defendemos e continuaremos a defender, e queremos que todos os fatos sejam esclarecidos.

Dito isso, agradeço a atenção desta Casa, dos meus colegas Vereadores, daqueles que aqui estão presentes.

E esta nota, depois da leitura nesta tribuna, será divulgada, além das entrevistas, que, desde manhã, faço questão de dar à imprensa, que pode desempenhar um papel importante na busca dos esclarecimentos, mas não no sentido de “se isso ou se aquilo”. Não trabalho, nem eu nem meu Partido, com “se”; trabalhamos com realidade, com legalidade e dentro dos preceitos da ética, que nos fizeram, não apenas Parlamentar, não apenas dirigente, a convite de Tarso Genro, da Secretaria de Meio Ambiente, não apenas dirigente, a convite do Presidente Lula, do Grupo Hospitalar Conceição, mas, antes de tudo, com a dignidade de uma mulher, que tem uma história de luta - luta essa que, no meu entendimento, não dignifica nada além, mas me dignifica como uma militante comunista, como uma revolucionária, como uma mulher que tem procurado prestar serviços ao seu País.

Nenhuma ilação, toda a investigação! É isso que Jussara Cony e o Partido Comunista do Brasil querem e desejam que seja feito! Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon, presidindo os trabalhos na tarde de hoje; colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, neste período de Comunicações, num primeiro momento, quero dizer à colega que me antecedeu, a Ver.^a Jussara Cony, que, em nome da nossa Bancada, tem a nossa solidariedade e nosso respeito por sua história de lutas, e quero dizer também que, com a atual legislação eleitoral, sem haver uma reforma política, qualquer um dos 36 Vereadores está sujeito a chuvas e trovoadas. Então, em nome da minha Bancada, quero dizer que queremos, sim, que tudo seja esclarecido, porque todos têm que ser responsáveis por todos os seus atos. E aqui nesta Casa temos o papel de debater e fazer o contraditório, e, no nosso caso, do Partido dos Trabalhadores, nós respeitamos as decisões partidárias, analisaremos e nos orientaremos por essas decisões. Um grande abraço, companheira Jussara Cony.

Em segundo lugar, gostaria de dizer aos colegas Vereadores e Vereadoras que, com muita satisfação, recebemos, na última sexta-feira e na segunda-feira, o resultado do edital, do Ministério das Cidades, para que entidades se credenciem para poderem fazer a autogestão e a autoconstrução das casas de habitação de interesse social do Minha Casa, Minha Vida. E aqui, pelo trabalho que fazemos no mandato, junto com outros colegas Vereadores, prezado Ver. Airto Ferronato, em torno de dez entidades de Porto Alegre conseguiram o seu credenciamento. E não só via Prefeitura; então, há mais de 7 mil ou 8 mil unidades habitacionais direcionadas para que as entidades possam construí-las, numa parceria com o Governo Federal. E gostaria, sim, desde já, abrir uma agenda aqui para que o Município possa fazer um debate com as entidades para que elas possam fazer a autogestão de suas moradias. Assim como o Governo do Estado já construiu o Banco de Terras, bem como o subsídio habitacional, queremos trazer este tema para que os diversos colegas Vereadores que tenham apoiado o relacionamento com as entidades comunitárias, através da Federação Gaúcha das Associações de Moradores, da Confederação Nacional das Associações de Moradores, do Movimento

Nacional de Luta pela Moradia, ou da Central dos Movimentos Populares, que são os movimentos que estão credenciados e representados nos nossos conselhos estaduais e no Conselho Federal da Cidade, para que isso possa ser construído coletivamente.

Então, venho aqui dizer aos colegas Vereadores sobre a satisfação de mais este passo da política habitacional do Governo Federal e que se concretize. E o nosso mandato, como Conselheiros que somos, do Conselho Nacional das Cidades, está à disposição para debater com os colegas Vereadores. E convidamos todos para hoje, às 18h, aqui na Frente Parlamentar da Reforma Urbana, tratarmos o tema da Conferência Municipal das Cidades, fazermos um papel em conjunto da mobilização para que possamos ter a representação dos Vereadores no Conselho Municipal das Cidades, no Conselho Estadual das Cidades e no Conselho Nacional das Cidades. Um abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, venho aqui para publicizar que, hoje pela manhã, instalamos formalmente a Comissão Especial que vai avaliar e debater o processo de licenciamento e autorização de funcionamento das edificações que recebem público no Município de Porto Alegre. Em reunião, nesta manhã, fui eleito Presidente dessa Comissão, o Ver. Alberto Kopittke, Vice-Presidente e a Ver.^a Lourdes Sprenger, nossa relatora. Compõem também essa Comissão o Ver. Aírto Ferronato, o Ver. Cláudio Janta, o Ver. João Derly, o Ver. Guilherme Socias Villela, o Ver. Mario Fraga, o Ver. Pedro Ruas, o Ver. Reginaldo Pujol, o Ver. Tarciso Flecha Negra e o Ver. Waldir Canal. Teremos, então, 90 dias de trabalho pela frente, e hoje pela manhã, combinamos que a nossa Comissão terá um funcionamento de reuniões ordinárias com encontros quinzenais, sempre às quintas-feiras, pela manhã. Eventualmente teremos alguns seminários ao longo do funcionamento da nossa Comissão. A nossa próxima reunião será no dia 16 de maio, daqui a duas quintas-feiras, portanto. Estabelecemos hoje, pela manhã, que, na próxima reunião, teremos como convidados o Secretário da SMIC Humberto Goulart, a quem convidaremos através da Presidência da Casa, para que possamos ter um acompanhamento de como vem funcionando a força-tarefa do

Executivo. Também será convidado para a próxima reunião o Secretário Municipal de Urbanismo Cristiano Tatsch; assim como a Procuradoria-Geral do Município, para termos um acompanhamento do que tem sido feito ao longo desse processo da força-tarefa. Combinamos também na reunião que o Ver. Alberto Kopittke marcará, na Assembleia Legislativa, uma visita da nossa Comissão Especial à Comissão que lá na Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Adão Villaverde, trabalha na atualização e modernização da legislação de prevenção de combate a incêndio do nosso Estado. Essa reunião deverá ser marcada para a próxima semana, quando tomaremos ciência de como está o trabalho da Comissão do Estado sob o ponto de vista da atualização e modernização da legislação de prevenção e combate a incêndios no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo dos meses de março e abril, mesmo não estando instalada a nossa Comissão, estive representando esta Casa em três eventos relativos ao tema. No dia 21 de março do corrente ano, estive presente no Seminário Grandes Públicos em Ambientes Seguros, na sede do Sindicato dos Engenheiros, promovido pelo Senge e também pela Unisinos. No dia 27 de março, representei a Casa no V Seminário de Segurança Contra Incêndios e Atendimento a Desastres, promovido pelo CREA, UFRGS e outros. No dia 17 de abril do corrente mês, estive presente no Seminário Legislação de Segurança Contra Incêndio e Pânico, promovido pelo CREA, na Assembleia Legislativa.

Quero aqui fazer um agradecimento a todos os Vereadores que compõem essa Comissão, para que possamos, nesses 90 dias, fazer um grande debate, um acompanhamento e uma avaliação desse tema tão importante para a nossa Cidade, trazendo aquilo que nós mais almejamos e que é o objetivo comum de toda a sociedade porto-alegrense, gaúcha e brasileira: que as pessoas possam frequentar os lugares públicos, que recebem público na cidade de Porto Alegre, com a devida segurança. E que também possamos trabalhar para que a população usuária saiba o que representa segurança e possa ajudar o Poder Público, verificando se esses locais efetivamente cumprem as regras de segurança para bem receberem e bem atenderem aos seus usuários. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha, nosso sempre Vereador Nilo Santos; nosso militante comunitário Gilmar; Delegado Mainardi, membro da Associação dos Delegados do Polícia. Nós, os Delegados de Polícia, aguardamos que seja cumprido o acordo firmado, no final do ano passado, referente ao nosso subsídio. Temos certeza de que o Governo do Estado irá cumprir com o que foi acordado à época. Ontem, completaram-se 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas, com muitas alterações em relação ao texto original de 1943, que foi feito para atender às mudanças que aconteceram em relação ao trabalho. Para demonstrar a importância da CLT, basta citar a diferença entre as condições de trabalho dos empregados brasileiros e dos chineses, pois a China viola a dignidade sob o falso pretexto de que a CLT seria anacrônica.

A CLT foi criada em 1º de maio de 1943 por meio de um Decreto e sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas. E nós, pedetistas, temos na origem grandes líderes trabalhistas que lutaram para que esse acordo, para que a dignidade dos trabalhadores viesse a ser regulamentada. Cito aqui líderes como Abdias Nascimento, Darcy Ribeiro, Alberto Pasqualini, João Goulart, o nosso querido Getúlio e o nosso grande líder, Leonel Brizola.

Terça-feira da semana passada, completamos 120 dias de mandato. E é com muito carinho que agradeço o respeito que os funcionários desta Casa sempre tiveram comigo. Agradeço também a paciência dos demais 35 Vereadores para comigo, nesse aprendizado, nesse dia a dia em que lutamos com ideologias diferentes, mas lutamos todos por um bem comum, que é o bem-estar da nossa Porto Alegre; nesses 120 dias em que já protocolamos vários projetos, vários indicativos ao Governo, em que trabalhamos e tentamos ajudar várias comunidades junto à CUTHAB, Comissão da qual faço parte e, com muita honra, sou Presidente. E hoje, após pegarmos 299 processos arquivados, os trouxemos novamente para que sejam discutidos com as comunidades, com a Prefeitura e com os nossos Pares. Muitas vezes, inclusive, juntando e buscando orientação e ajuda

de outras Comissões. Já fizemos um trabalho conjunto, eu, a Ver.^a Fernanda Melchionna, outros Vereadores e outras Comissões.

Então, quero dizer da minha alegria de estar aqui e poder contar com todos e poder trabalhar, agora, não somente para os 6.556 votos, mas para toda a população e comunidade de Porto Alegre. Obrigado aos senhores, segurança e paz a todos!

(Não revisado pelo orador.)

SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; ontem foi o Dia do Trabalhador, 1º de maio, e a Paróquia Nossa Senhora do Trabalho, na Vila Ipiranga, na Av. Benno Mentz, há muito anos, há 59 anos, festeja o Dia do Trabalho com uma bela procissão, com uma missa campal, que ontem foi conduzida pelo Bispo Dom Jaime Spengler, e, depois, um almoço para, aproximadamente, 2 mil pessoas. Lá estiveram vários Vereadores, Ver. Cláudio Janta, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Márcio Bins Ely e nosso Presidente da Câmara de Porto Alegre, Ver. Dr. Thiago, este Vereador, Ver. Mario Manfro. Foi uma bela festa, Ver. Idenir Cecchim, estivemos lá e vimos a beleza da equipe de trabalho comprometida com o bem da construção de uma sociedade melhor. Séfora, aproximadamente 200 casais trabalharam vários dias para fazer um almoço para 2 mil pessoas. Que beleza! Parabéns à comunidade, parabéns aos trabalhadores desta Cidade.

Amanhã, o Partido Progressista, a Bancada do Ver. Guilherme Socias Villela, da Ver.^a Mônica Leal, deste Vereador, estará com o novo Presidente Nacional do Partido Progressista, o Senador Ciro Nogueira, juntamente com a Senadora Ana Amélia, em visita ao Diretório Regional do Partido Progressista do Rio Grande do Sul. Portanto, damos as boas-vindas ao Senador Ciro Nogueira.

Há pouco o Ver. Ferronato e eu estivemos na Assembleia Legislativa representando esta Casa no lançamento da campanha de valorização do profissional contábil: “2013: Ano da contabilidade no Brasil”. Eu sempre digo que o contador é uma pessoa extremamente preparada para o exercício da política porque ele entende de leis, de auditoria, de fiscalização, de orçamento. É um profissional preparado para a atividade política. Então,

queremos cumprimentar o Conselho Federal de Contabilidade, o Conselho Regional de Contabilidade por esse lançamento, Ver. Ferronato, da campanha de valorização do profissional contábil.

Também estamos preparando a vinda a esta Cidade do Sr. Jaime Henrique Parreira, Diretor de Engenharia da Infraero, que vem a Porto Alegre. Estamos praticamente fechados para ele estar aqui, na Câmara, no dia 20 de maio, falando sobre as obras e a expansão da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Desde já convidamos todos os Vereadores, as entidades ligadas ao setor de exportação e especialmente as entidades ligadas ao *trade* turístico.

Estive em Brasília recentemente, representando esta Casa, e foi confirmado que o edital para a construção da nova pista de pouso e decolagem de aeronaves será lançado em julho ou, mais tardar, agosto; portanto, a obra é irreversível, pois a nossa Capital precisa desse aeroporto modernizado e atendendo às necessidades do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, está em pauta de discussão dois projetos que nós apresentamos no decorrer do mandato: um se trata de um dia especial para a Feira Temática de Solidariedade Animal, visando oportunizar, às entidades que atuam nessa área, um evento com maior abrangência de espaço para divulgar os seus produtos institucionais, visando também dar visibilidade a todo o trabalho que é desenvolvido como voluntário da nossa Cidade, apoiando o Poder Público no controle populacional, nos resgates, no combate aos maus-tratos. Então queremos, no Dia Internacional dos Animais, que ocorre na primeira semana de outubro, estar com este Projeto aprovado, proporcionando esse desenvolvimento e apoio da população a essas entidades, a essas protetoras que fazem esse voluntariado na nossa Capital.

Outro Projeto que entrou em discussão, um Projeto bem mais amplo, visa a dar segurança aos humanos e, também, a evitar acidentes com os animais. Trata-se do

Projeto que proíbe a utilização, o manuseio e a fabricação de fogos de artifício no Município de Porto Alegre. Nós temos mais a distribuição de fogos em nossa Cidade. Este Projeto vem complementar o que já existe: nós temos legislação que proíbe menores, crianças de manusear fogos; nós temos legislação que proíbe o uso em ambientes com um número significativo de pessoas, que proíbe nos jogos de futebol, enfim, o Projeto vem complementar toda essa proibição já existente. O seu objetivo é evitar sequelas, internação nos hospitais de pessoas que manuseiam fogos – ou que estejam próximas a quem manuseia – e se acidentam; explosões – várias fábricas já sofreram esse tipo de acontecimento; e, também, as pessoas sequeladas que não têm mais volta e os óbitos. Tudo isso é o que nós temos lido como consequência do uso desse tipo de fogos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Vereadora. V. Exa. está preocupada com um assunto muito importante e delicado. Não podia vir de outro Vereador ou Vereadora, mas da senhora, que tem preocupação com o bem-estar dos animais, pois fogos de artifício também dizem respeito ao bem-estar dos animais. Eu adotei uma cachorrinha lá na praia, ela tem verdadeiro pavor quando ouve um estrondo de fogos, de foguete ou de alguma coisa. O manuseio, a utilização por pessoas que não estão preparadas é um perigo. O Projeto, certamente, tem por finalidade preservar a integridade física das pessoas. Parabéns, Vereadora!

O Sr. Elizandro Sabino: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Lourdes, a manifestação é no sentido de apoio a esta referência que V. Exa. faz no que diz respeito à proibição da comercialização, utilização e manuseio de fogos de artifício no Município de Porto Alegre. Corroborando este Projeto de Lei, o art. 81 do Estatuto da Criança e do Adolescente refere que é proibida a venda de armas, munições e explosivos a crianças e adolescentes. Também no Inciso IV refere: “Fogos de estampido, de artifício...”, o que justamente vem ao encontro deste Projeto que é proposto por Vossa Excelência.

Quero referir que o benefício deste PL não apenas atinge a criança e o adolescente, vindo ao encontro do que é previsto na Lei Federal nº 8.069 – o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também atinge a causa que V. Exa. atua, que são os animais. Eu também tenho animais de estimação, e, depois da virada do ano, especialmente, quando

retornamos a casa, vemos o sofrimento que esses animais têm ao viver aquela circunstância dos fogos de artifício na virada do ano. Portanto, eu quero parabenizar V. Exa. e me associar a esta proposição, dizendo da brilhante iniciativa. Como Presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, nós estamos dando total apoio a este Projeto de Lei.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Muito obrigada. Continuando, quero dizer que os fogos de artifício também perturbam regiões onde têm hospitais, pois as pessoas não têm um limite e colocam esse procedimento sem respeito àqueles que estão descansando. Falou bem o Ver. Elizandro Sabino no que se refere aos animais, é muito triste o que se vê: animais que estão acorrentados tentam pular muros e se enforcam; outros fogem, passam na frente de carros, provocam acidentes. Este Projeto, que vem complementar as leis já existentes em nosso Município, proíbe esse uso. Tenho certeza de que também vai evitar tantos atendimentos de pessoas que se acidentam em função desse procedimento. Eu vejo que só quem tem lucrado é quem faz a comercialização, e quem sofre com isso são as pessoas e os animais.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Vereadora. Quero cumprimentá-la por trazer o tema e já propor um Projeto que ajuda a ajustar a política municipal. No nosso ponto de vista, tem um problema na legislação que foi aprovada na criação da SEDA. Inicialmente, havia um local para acolher o conjunto dos animais; depois, isso foi retirado, e eu creio que esse é um tema que nós temos que retomar. Eu moro numa Zona Rururbana, e as pessoas simplesmente abandonam os animais lá. As famílias do entorno tentam acolhê-los, mas não conseguem na sua totalidade. Muito obrigado.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Eu agradeço e conto com o apoio de todos os Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Jussara Cony.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; o meu agradecimento à Ver.^a Jussara Cony e a minha solidariedade neste momento bastante difícil. Tenho certeza de que tudo isso fortalecerá o papel que V. Exa. tem cumprido no seu Partido e na história da redemocratização do País, com um aprofundamento na vivência democrática, principalmente pela disposição clara e nítida do seu Partido para que tudo seja investigado. De fato, como temos nos comportado no Governo Federal, com a Polícia Federal... todos, doa a quem doer, estão respondendo por seus atos. Esse é o Brasil que nós estamos passando a limpo.

Nos minutos que ainda tenho, quero tratar do tema da possibilidade de acolhimento, de cumprimento da legislação que determina que todas as crianças e adolescentes – dos quatro aos dezessete anos – estejam na escola a partir de 2016. É a Emenda nº 59 à Constituição, uma Emenda que vira a página do Brasil porque, finalmente, vai estender a cobertura na obrigatoriedade dos pais e dos estudantes de estarem na escola. É um alargamento inédito, inusitado e que colocará a Educação brasileira num outro patamar. Hoje, obrigatória dos sete aos quatorze anos; daqui a dois anos, obrigatória de oferta e de frequência dos quatro aos dezessete anos.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Câmara tem se dedicado a esse tema desde fevereiro, desde a instalação dos seus trabalhos. Hoje, em reunião na Região Glória/Cruzeiro e Cristal, ficou evidenciado que o Município de Porto Alegre não só não está se preparando, ou está se preparando de maneira muito tímida para dar conta dessa demanda, especialmente na Educação Infantil, que é a sua área específica, o seu nível de ensino específico. No caso da Região Glória, está, inclusive, reduzindo, permitindo a redução de matrículas de pré-escola e de primeiros anos do Ensino Fundamental. Existe um estrangulamento a partir do sexto ano, porque aquela Região tem várias escolas de Ensino Fundamental incompleto. E tem uma demanda lutada desde 2002, conquistada a partir de 2007, com terreno comprado a partir de 2008, com recursos colocados no OP a partir de 2009 e, até hoje, não foi construída a nova escola de Ensino Fundamental – que poderia abrigar Educação Infantil –, que se chama Escola da Embratel. É uma área pronta, esperando, em uma região que só tem uma grande escola – a Escola Estadual Oscar Pereira –, que não tem escolas de educação pública municipal no seu entorno. E, de novo, a Secretária de Educação, que esteve aqui no mês de fevereiro e acenou que,

em abril, essa escola seria licitada, informa, no Fórum de Delegados, no Conselho do OP, que essa escola ficou para o ano de 2013, a Escola do Alto Embratel.

A região da Glória está com a Escola Leopoldo Neis condenada a fechar, uma escola que atende até a 5ª série, são mais de 200 alunos; perdeu vagas para alunos na Educação Infantil no Instituto São Benedito, mais de 150 vagas também nos últimos dois anos; perdeu o anexo da Oscar Pereira, que atendia a duzentas e poucas crianças na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Essa escola, a Oscar Pereira, tem a possibilidade de abrir turmas de Educação Infantil porque tem salas, só depende do Município querer realizar regime de colaboração. Então, a região da Glória, além de não ter a sua escola municipal construída, que foi conquistada a duras penas e priorizada no OP há muitos anos – agora, de novo, a SMED diz que a licitação será apenas em 2013 –, vem perdendo vagas em várias escolas menores, antigas creches ou antigas instituições religiosas que atendiam crianças de zero a seis anos e que atendiam o Ensino Fundamental. A região da Glória é de fato exemplar quanto a essa determinação legal de que até 2016 todas as crianças de quatro e cinco anos deverão estar na escola, deverão ter vagas - e vagas perto de casa porque crianças de quatro e cinco anos não vão pegar ônibus. A região da Glória é exemplar de que a Prefeitura não só não está evoluindo nisso, que tem uma única política que é a construção de creches comunitárias conveniadas, uma política muito lenta, porque cada creche atende 120 crianças no máximo, e a defasagem apontada pelo Tribunal de Contas no ano passado, para cumprir metade desta meta - metade, Ver.^a Fernanda, não é a meta da Emenda Constitucional nº 59, metade - seriam 10 mil vagas em Porto Alegre para quatro e cinco anos. Dez mil! E não há sinalização da SMED de como vai construir essas vagas, sendo que a sua própria Rede Municipal - num debate que a CECE fez, Ver. Professor Garcia, com esta Vereadora - reconheceu que não tem, em toda ela, turmas de pré-escola. É muito grave o tema da educação infantil, não é só uma questão de militância e determinação legal, é também uma questão de fiscalização do Tribunal de Contas.

Portanto, o Município precisa reordenar a sua política trabalhando o regime de colaboração e outras formas de ampliação da educação infantil, principalmente, não deixando que as vagas sejam reduzidas, que é o que está acontecendo, por exemplo, na região da Glória, por falta de atuação do Município de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Vereadores e Vereadoras; quero agradecer ao Ver. Pedro Ruas, nosso Líder, pela cedência do tempo do nosso Partido para, na verdade, trazer uma pauta da Comissão de Direitos Humanos a esta tribuna. Nossa Comissão tem recebido uma série de demandas, as mais variadas, com relação a temas fundamentais da Cidade. Estamos muito preocupados com a agressão, gravíssima, que viveram jovens na cidade de Porto Alegre, no sábado, na Cidade Baixa, à uma e meia da manhã. Todos acompanharam pela imprensa o relato gravíssimo das violências que sofreram o jovem Luan, seu companheiro, seus amigos, no que deveria ser um passeio, uma diversão para a juventude na Cidade Baixa da nossa Cidade. Eles foram violentamente agredidos por jovens, em princípio, é o que indicam as investigações, de grupos neonazistas que pregam a intolerância, a violência, o ódio aos homossexuais, aos negros e aos judeus. E nós estamos muito preocupados, porque em nosso País, a cada 28 horas, um homossexual é vítima de violência. São dados estarrecedores, por isso é fundamental que a nossa Comissão preste toda a solidariedade ao jovem Luan e aos seus amigos, que ajude na luta para que sejam identificados, julgados e presos os agressores por crime de homofobia e tentativa de homicídio. Mas também para tratar desse tema de forma geral, tratar desse tema como forma de buscar combater a homofobia na cidade de Porto Alegre, avançar na redação do art. 150, avançar nas campanhas educativas de respeito à diversidade, de respeito à orientação sexual das pessoas, de respeito a todos e todas, e nós precisamos atuar cada vez mais nesse sentido. Por outro lado, precisamos que haja julgamento desses identificados com grupos neonazistas na cidade de Porto Alegre. Não é o primeiro, infelizmente, nem o segundo caso que nós vemos desses grupos atacarem a população. Recentemente, um jovem de 26 anos foi esfaqueado por membros desses grupos. Outros tantos casos de espancamento a *gays*, a jovens do movimento *punk* já aconteceram na cidade de Porto Alegre, e nós precisamos que haja o julgamento desses

casos, que se combata esses grupos que pregam a intolerância, a violência o ódio na nossa Cidade.

Para concluir, convido a todos e todas para participar da reunião que será dia 14 de maio, na Comissão de Direitos Humanos, são todos muito bem-vindos, para tratar desse tema, às 14h30min. Assim como, semana que vem, dia 7 de maio, receberemos o tema da Banda Municipal. Estão aqui o Edvaldo e o Isaías, da Associação da Banda, que têm sido os protagonistas dessa luta, que têm lutado por transparência, por uma coordenação, que têm lutado contra o assédio moral na Banda. Não é à toa que o Edvaldo tem sido perseguido e nós trataremos desse tema na próxima terça-feira, 7 de maio, às 14h30min, todos estão convidados. É um Projeto de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, que transforma a Banda em Patrimônio Histórico Cultural, o qual apoiamos, e convidamos todos que queiram se somar nessa luta em defesa da Cultura e do Patrimônio de 88 anos, da Banda Municipal da cidade de Porto Alegre.

Mas, voltando ao tema, quero concluir dizendo da importância de buscar a aprovação do PLC nº 122 no Congresso Nacional, que criminaliza a homofobia como crime inafiançável. Nós precisamos dessa Legislação para, de fato, acabar com essa estatística brutal, de que a cada 28 horas um homossexual é agredido no Brasil. Ao mesmo tempo, quero falar da importância da campanha “Fora Marco Feliciano” que, infelizmente, preside a Comissão de Direitos Humanos no Congresso Nacional, que é intolerante, racista, homofóbico, machista, que fechou a Comissão dos Movimentos Sociais e Populares e que, agora, está querendo retroceder milênios no que se avançou nos Direitos Civilizatórios com um projeto claramente homofóbico, que é o Projeto de “cura gay”. Isso é mais uma expressão da intolerância e da homofobia desse Deputado, assim como as declarações que proliferam o ódio sobre a morte do John Lennon e do grupo Mamonas Assassinas. Mas essa luta pelo “Fora Marco Feliciano” é fundamental para barrar na sociedade que aconteçam crimes intolerantes como o que nós vimos na noite de sábado, na cidade de Porto Alegre, contra dois jovens que passavam a uma e meia da manhã. Então, nós seguiremos nessa luta contra a homofobia e pela diversidade sexual.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara; falo aqui em Liderança, em forma de rodízio do nosso Partido, estabelecida pela Bancada do nosso Líder, Márcio Bins Ely. Queria saudar o Ver. Brasinha, que graças a Deus voltou num bom dia. Um bom retorno para V. Exa. aqui na Casa...

Há outros assuntos aqui, mas vou falar da CEDECONDH, que tem a Ver.^a Fernanda como Presidente, que, juntamente com a Ver.^a Luiza Neves, membro da mesma Comissão, está fazendo um belíssimo trabalho. Eu vi esse fato, Ver.^a Fernanda, e estava pensando até que, em São Paulo, já estão criando diversos setores para cuidar de algumas coisas. Talvez aqui, no Governo do Estado, a gente pudesse falar com a Brigada Militar para criar um tipo de brigada, algum batalhão especial que, pelo menos à noite, andasse no bairro Cidade Baixa, identificado, como se fosse uma comissão de direitos humanos da Brigada Militar. Eu passo a ideia aqui aos colegas e ao Ver. Pedro Ruas, que, inclusive, defende esse movimento há bastante tempo. Talvez a gente pudesse criar, dentro da Brigada, um símbolo daqueles que protegesse mais a livre iniciativa da sua escolha, da sua opção, para qualquer tipo de coisa; que o ser humano que escolhesse aquela opção tivesse uma defesa. Falo em especial ao bairro Cidade Baixa, que é onde acontecem esses casos. Em nossa Cidade, o nosso povo, infelizmente, ainda não está acostumado com esses fatos, mas nós, aqui na Câmara, estamos trazendo essa questão. Eu lembro que a Ver.^a Maria Celeste muito trabalhou em cima disso, e agora a Ver.^a Fernanda, junto com a nossa Comissão, tem trabalhado e vai contar sempre com o apoio deste Vereador.

Entrando nos nossos assuntos, Vereadores Brasinha e Cassio Trogildo que nos escutam atentamente, nós estivemos com o Secretário Mauro Zacher para tratar... Hoje está sendo feito o último trecho da Av. Juca Batista, a empresa que fez as obras está terminando um recapeamento asfáltico, só que o recapeamento asfáltico é uma emenda da parte que eles fizeram com a que já existia. Então, estivemos com o Secretário Mauro Zacher para ver se conseguíamos - e o Secretário foi muito sensível - que fosse colocada uma camada de asfalto em toda a Av. Juca Batista, nos seus dois lados, terminando com aqueles remendos, com aquela emenda que foi feita devido à obra.

Também tenho falado com a Ver.^a Sofia Cavedon sobre a obra da Escola Estadual Tancredo Neves, que está com um dos setores interditado. Tenho falado com a Vereadora porque estamos tentando marcar uma audiência com o Secretário de Educação, estamos à espera e esperamos que ele nos atenda para ver como está a situação dessa Escola. Andei me informando com alguns colegas de lá; tem uma grande chance de ser erguido o novo prédio da Escola Tancredo Neves, lá na Av. Juca Batista. Então, eu peço, mais uma vez, a ajuda da Ver.^a Sofia Cavedon, para que possamos dar uma resposta àquela comunidade.

Também estivemos com a Secretária Cleci para tratar do assunto da Escola Municipal Gabriel Obino, que está precisando, em especial, de um auditório. As professoras de Artes e de Música de lá estão usando o ginásio de esportes, mas, para quem canta e para quem toca algum instrumento, todos nós sabemos que, em um ginásio de esportes daquele tamanho, a acústica se perde, e as crianças não conseguem, então, exercer aquela função muito bem. Então, nós estamos solicitando que a Secretária Cleci e nós mesmos, a comunidade lá da Glória, coloque no Orçamento Participativo esse prédio que seria um auditório - lá tem bastante espaço para que a gente construa um auditório.

Quanto à EPTC, só agradeço mais uma vez. Estivemos lá com o Diretor-Presidente, Vanderlei Cappellari, o ex-Vereador Nilo Santos nos ajudou aqui na audiência. Fomos atendidos pelo Diretor-Presidente da EPTC, Vanderlei Cappellari, e pela sua Diretora de Transportes, Cristina, para quem levamos o pleito da Rua Capitão Pedroso, na Flor da Restinga. Lá na Restinga, foi muito bem aceito. São dois empreendimentos que foram colocados lá na Capitão Pedroso; tem 800 famílias, e nós estamos solicitando algum tipo de redutor de velocidade para aquela região. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver.^a Sofia Cavedon, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, antes, quero falar à Ver.^a Lourdes Sprenger que nós já começamos um

Projeto semelhante, que é o Projeto que trata dos fogos de artifício, mas este Vereador não tem problema nenhum quanto a isso; há sempre o princípio da anterioridade, que nós temos que respeitar, mas independentemente disso, da minha parte, sou parceiro para nós somarmos esforços e fazermos esse enfrentamento. Já se foi o tempo em que poderíamos aceitar esse comportamento de permitir que inclusive jovens e crianças comprem bombas, foguetes, enfim, e soltem ao seu bel prazer, perturbando a vizinhança, provocando acidentes graves, perturbando os animais, hoje tão valorizados e tão respeitados por nós - e eu me incluo nessa parcela que tem uma preocupação com os animais. Então, V. Exa. também pode contar com o apoio deste Vereador no que for preciso.

Eu quero aproveitar - vejo que o Professor Edvaldo e o Professor Isaías ainda estão no plenário – para dizer que nós recebemos o pedido de tombamento da Banda Municipal e protocolamos esse Projeto, que está em Pauta. Só para registrar, a Banda Municipal está com 88 anos, e dá para dizer que hoje ela está um tanto marginalizada, porque tenho visto que o Município, quando precisa de uma banda, solicita a colaboração da Banda da Brigada Militar, da Banda da Polícia do Exército e da Companhia de Guardas. Nós, tendo uma Banda em nosso Município, com 88 anos, precisamos nos somar no sentido de valorizar a Banda Municipal. Por isso, propusemos esse Projeto de tombamento da Banda, que já recebeu parecer favorável da Procuradoria desta Casa, e nós esperamos a sua passagem pela CCJ e, logo depois, pela Comissão de Educação, possivelmente, e, então, pediremos o Regime de Urgência.

Também é de nossa autoria outro Projeto de Resolução que tramita aqui. Eu tenho falado bastante sobre esse Projeto, que busca oportunizar a nós, Vereadores, uma outra ferramenta para fazermos indicações aos Poderes Municipal, Estadual e Federal, condicionando essas indicações a debates aqui no Plenário. Também tem o fito de diminuir os projetos autorizativos, que são muito praticados aqui nesta Casa. Ainda que se tenha trabalhado, eles diminuíram, mas hoje eles vêm com uma outra apresentação, que é a instituição, que, na verdade, não deixa de ser uma forma discreta de se fazer o projeto autorizativo, Ver. Pedro Ruas, que me assiste atentamente.

Cedo da tarde, nós falamos aqui que este Vereador e o Ver. Tarciso, da Bancada do PSD, assinaram a CPI, porque nós entendemos que num caso extremamente delicado como é o nosso, onde tem um companheiro que está sendo investigado, nós temos que

colaborar até no sentido positivo de tentar, de repente, mostrar, quem sabe – e eu espero –, a inocência desse companheiro do Partido. Também dizia, e eu já estou convencido, Ver. Pedro - é uma falácia o que eu vou dizer, mas eu preciso dizer: se eu pudesse ser Vereador sem Partido, eu seria um Vereador sem Partido! Porque é lamentável! Nós estamos vendo as coisas muito ruins para este País todo, em todos os Estados brasileiros e em todos os Municípios, e isso vem dos diversos partidos, infelizmente. E que bom que eu tenho feito os meus discursos, ao longo dos anos, evitando citar esse ou aquele Partido. Era isso, Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Bernardino.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder e depois prossegue em Comunicações.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Muito boa-tarde a todos os colegas e à Presidente, Ver.^a Sofia. Antes dos temas que eu quero abordar, quero fazer um depoimento pessoal a uma companheira, Vereadora desta Casa, muito mais do que Vereadora, ela é uma personalidade da história política do Rio Grande do Sul, que é a Ver.^a Jussara Cony. Infelizmente, nessa situação que vem se desenvolvendo relacionada ao tema do meio ambiente, o seu nome, nos veículos de informação, foi citado no dia de hoje. Isso é natural, os veículos trabalham as notícias; que bom que temos liberdade de imprensa para isso, somos homens e mulheres públicos, e os nossos nomes sempre estarão à disposição.

Jussara, eu quero fazer este depoimento não pelos quatro ou cinco meses de convívio aqui como Vereador, em que sou novato, mas porque, desde que eu iniciei na política, com meus 15 anos, entre as personalidades que eram referência para mim e que eu via nos palanques na luta pela democratização do País, na luta pelo “Fora Collor”, na luta pelos governos populares e democráticos aqui no Rio Grande do Sul e no Brasil, na luta contra o neoliberalismo, sempre houve, entre outras personalidades, uma mulher guerreira à frente, a senhora, que tem não só a minha admiração, mas de toda a minha família que já conviveu, já teve a oportunidade de trabalhar no serviço público com a

senhora, com as suas lutas. A senhora tem o nosso mais absoluto respeito e a nossa afirmação de solidariedade. Existem erros individuais - dialogando aqui com o colega Bernardino, compreendendo a fala dele sobre os Partidos -, e obviamente esses momentos entristecem a todos que fazem parte da democracia. Infelizmente, isso faz parte do jogo democrático, e nós não podemos desistir dos Partidos políticos. Erros cometidos por um ou outro militante, dirigente, pessoas indicadas pelo Partido, acontecem.

Hoje em dia, Ver. Pedro Ruas, nós não temos mais o “engavetador-geral da República”, a Polícia Federal não engaveta mais os procedimentos; nós temos políticos que vão para a cadeia, de todos os Partidos, graças à luta social e política de vários Partidos e militantes. E nós não podemos confundir esse processo de depuração democrática, porque as instituições funcionam no nosso País. Houve uma Governadora aqui que, quando as instituições funcionavam, ela dizia que estava sendo atacada politicamente. Nós, não; nós temos orgulho de ter uma Polícia Federal forte, firme e autônoma para investigar. E, quando alguma personalidade ou indivíduo é flagrado cometendo algum crime ou com indícios disso, essa pessoa deve, individualmente, ser responsabilizada, mas não os Partidos, que são instituições da democracia. Querem destruir os Partidos aqueles que não têm compromisso com a democracia do Brasil.

Então, a minha solidariedade à senhora - eu a chamo de senhora pelo respeito histórico que tem na história política do Rio Grande do Sul. Esse fato, de maneira alguma, vai manchar a sua história, tenho certeza disso, e nem macular a história de luta do PCdoB. Então, a nossa mais profunda solidariedade neste momento. Tenho certeza de que a opinião pública vai saber diferenciar muito bem a sua história dos episódios que a Polícia Federal está investigando.

Quero, ainda no período de Comunicações, tratar de um tema importante para a nossa Cidade. Eu tive a oportunidade de ser o Secretário Executivo do Consórcio Metropolitano, uma entidade pública, de direito público, nova, ainda desconhecida pela maioria de nós, cidadãos de Porto Alegre. O Consórcio é uma inovação de 2010 que permitiu que os Municípios se unissem, formando uma personalidade jurídica comum e procedessem a compras de forma compartilhada, construíssem projetos de forma integrada. Isso vinha sendo usado em alguns Municípios do Interior, mas a nossa Região Metropolitana criou o seu consórcio agora, recentemente, em 2011, com a presidência do Prefeito de Canoas,

Jairo Jorge; e eu fui Secretário Executivo. O primeiro projeto que criamos lá foi a compra compartilhada de medicamentos, uma iniciativa realmente ousada. Todos os Municípios se somaram nessa compra da saúde, da Atenção Básica, uma lista que inclui cerca de 120 medicamentos, e nós fizemos, através do Bannisul, um pregão conjunto, de forma inédita. Isso resultou numa economia estimada de 25% em relação ao valor que os Municípios pagavam quando compravam sozinhos os seus medicamentos. Mas quais não foram minha surpresa e minha tristeza ao saber que Porto Alegre, infelizmente, apesar de ter aderido ao pregão, participou do pregão, e, depois, não usufruiu do pregão. A Secretaria de Saúde infelizmente não utilizou o preço registrado, bem mais baixo do que tabela que a Prefeitura usa. E isso, no período de um ano, resultou – eu fiz um estudo – que a Prefeitura deixou de economizar aproximadamente R\$ 1 milhão na compra de medicamentos; tendo o registro mais barato à sua disposição, simples de aderir, e a Prefeitura infelizmente não o fez. Venho a esta tribuna para pedir para o Secretário Casartelli que, no segundo pregão que o Consórcio Metropolitano vai fazer, Porto Alegre participe e efetivamente compre, porque eu não entendi os motivos que fizeram a Cidade não comprar podendo ter economizado R\$ 1 milhão em medicamentos no último ano. Isso representa mais do que 10% dos valores que Porto Alegre gasta nesses medicamentos atualmente. Faço este pedido aos colegas do Governo para que transmitam ao Secretário Carlos Henrique Casartelli nossa consternação pelo fato de Porto Alegre ainda não ter feito a compra como vêm fazendo todos os outros Municípios da Região Metropolitana, de todos os Partidos.

Por fim, em nome da Bancada, quero trazer uma saudação à fala da Presidente Dilma Rousseff de ontem, que, para nossa alegria e, tenho certeza, para a de todos os Vereadores aqui da Casa, confirmou que está remetendo novamente ao Congresso Nacional uma Medida Provisória para que todos os recursos do Pré-Sal, do petróleo, dos *royalties* do Brasil efetivamente sejam garantidos para a Educação. Isso vai permitir que o Brasil atinja a meta tão lutada pelos movimentos de Educação de 10% do PIB garantidos para a Educação brasileira. Isso é uma luta, uma vitória das centrais sindicais e dos movimentos populares, e a Presidente confirmou ontem, no Dia do Trabalho, esse marco histórico.

Fiz um cálculo rapidamente de que isso vai representar, para Porto Alegre, um comparativo do que os Municípios do Rio Grande do Sul - peço desculpas, pois não tive

tempo de separar Porto Alegre -, todos eles, receberam, no ano passado, 73 milhões em *royalties*. Com essa medida aprovada, passarão a receber 311 milhões, e o Rio Grande do Sul, que recebeu 3 milhões, receberá 110 milhões anualmente apenas para a Educação. Isso é um cálculo que fiz, por baixo, com base na medida dos *royalties* atuais. Ainda precisam ser adicionados todos os ganhos que os *royalties* do Pré-Sal, que são 70 bilhões de barris, vão significar para a Educação. Estou então apresentando uma Moção de Apoio. Ontem, a Presidente Dilma solicitou a todo o povo brasileiro que se una nessa frente, e eu estou apresentando uma Moção para que nós possamos discutir e apoiar essa iniciativa, que destina 100% dos recursos dos *royalties* do Pré-Sal para a Educação.

O Sr. João Derly: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Ver. Alberto Kopittke, ontem eu também assisti ao programa em que a nossa Presidente comentava sobre a Medida Provisória que destina 100% dos *royalties* do petróleo para a Educação. Isso é uma bandeira que eu tenho defendido, uma bandeira iniciada através da luta da UNE, e diversas vezes subi à tribuna para falar sobre esse assunto. Justamente hoje entrará em discussão esse Projeto que eu apresentei, que dispõe sobre as regras da distribuição dos *royalties* decorrentes da exploração do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão. Eu tenho total apoio da Ver.^a Sofia Cavedon, que também entende a importância de nós destinarmos esse recurso, que é finito, à Educação. Eu creio que trará um benefício muito grande para a nossa sociedade. Então, parabéns pela tua fala!

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, ouço com atenção V. Exa. e quero me solidarizar com a ideia de dar mais recursos para a Educação, só estranhando o seguinte: a Presidente da República não precisa mandar uma Medida Provisória. Ela é Presidente da República. Se ela propuser, no Orçamento, mais valores para a Educação, a Câmara vai aprovar mais valores para a Educação. Ela tem a caneta na mão. Se ela quiser, pode fazer.

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Agradeço a atenção. Mais uma vez, deixo aqui nosso abraço à querida amiga Jussara. E, com certeza, temos muitos e muitos anos e décadas

de luta pela melhoria do nosso Estado, do nosso Brasil, companheira Jussara. Um abraço a todos! Boa-tarde.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, é uma quinta-feira diferente aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, uma quinta-feira de reflexão, de mea-culpa e de vermos que também há solidariedade, há competência, há seriedade. Muitos adjetivos que se falam, que se ouvem, que se discutem merecem, cada vez mais, serem ouvidos, discutidos e falados por todos nós.

O 1º de Maio que nós tivemos ontem também foi diferente. Nós vimos, na Europa, os países quase todos fazendo um grande protesto pela economia em derrocada; nós vimos, no Brasil, alguns sindicatos, algumas centrais festejando, comemorando o 1º de Maio; vimos, em Porto Alegre, o 1º de Maio ser comemorado, em alguns lugares, com *shows*; houve momentos religiosos, como aqui referiu o Ver. João Carlos Nedel, Ver. Cláudio Janta, onde a Força Sindical participou com muita força, lá na Igreja Nossa Senhora do Trabalho, naquela comunidade importante da Zona Norte, onde estiveram o Prefeito, o Vice-Prefeito, Vereadores.

E o 1º de Maio foi comemorado com muita tranquilidade aqui no Brasil. Eu diria que nem só dos governos é a culpa dos protestos lá da Europa e nem só do Governo é o mérito da tranquilidade aqui no Brasil, mas tivemos tranquilidade, graças ao trabalho dos brasileiros que estão se qualificando muito. Mas muitos dos que estão se qualificando são pessoas jovens ou não tão jovens que trabalham de dia e estudam de noite, fazendo isso como se fossem duas coisas distintas. Muitos olham para o estudante que estuda à noite como se aquilo fosse um divertimento. Não, ele é obrigado a trabalhar durante o dia todo e de noite estudar até à meia-noite, muitas vezes chegando em casa de madrugada para poder, depois, ter a oportunidade no mercado de trabalho, ter a oportunidade de progredir na vida. Nós temos muitas vezes famílias que vendem o seu carro, gastam as suas economias para poder ver o seu filho formado; muitas vezes gastam a economia, gastam o dinheiro da venda do carro, vendem a casa, e o filho se forma e não consegue o

trabalho desejado, o trabalho que ele sonhou. Há muitas discrepâncias no mercado de trabalho; há muitas atitudes de empresas, de governo que não ajudam essas pessoas que tanto se esforçam.

Eu espero que no próximo 1º de Maio, muitos desses jovens, muitas dessas pessoas que sonharam, que se esforçaram, muitas dessas famílias que gastaram para formar seus filhos possam ter um 1º de Maio com menos dívidas. Que os seus filhos, que aqueles que se esforçaram para ter um pouquinho mais de qualificação possam ter um 1º de Maio mais tranquilo, mais feliz, para poder contribuir com o desenvolvimento do Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sra. Presidente, na pessoa de V. Exa. quero aqui saudar os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, venho a esta tribuna também para fazer referência ao 1º de Maio. Acompanhei atentamente os Vereadores que me antecederam – o Ver. Cleiton, o Ver. Nedel; ontem nós estivemos lá junto com o Ver. Janta, o Ver. Thiago, o Deputado Vieira da Cunha, o Prefeito Fortunati, o Vice-Prefeito Sebastião Melo em missa na Igreja do Trabalhador, prestando uma justa homenagem ao Dia Mundial do Trabalho.

Eu quero aqui fazer referência também, Ver. Nereu, ao compromisso do nosso Governo com a questão da geração de emprego e renda. O PDT, através do Prefeito Fortunati, com o apoio desta Casa, estabeleceu como prioridade a política pública do trabalho, criando a Secretaria Municipal do Trabalho. Hoje, pela manhã, eu ainda passei ali na Prefeitura quando se prestavam homenagens; o nosso Secretário Pompeo de Mattos estava realizando e coordenando um encontro; falei ali com o Heron de Oliveira e outras pessoas que estavam sendo homenageadas, e quero dizer que, realmente, Getúlio Vargas já dizia que o trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana.

Então eu quero me somar a todos aqueles que de uma forma ou de outra, como o Janta, o nosso Presidente da força Sindical... Hoje, nós vemos nos jornais, Ver. Mario Fraga, o nosso Ministro Manoel Dias defendendo ali o fim do fator previdenciário, que foi aquela

situação imposta ali no Governo Fernando Henrique Cardoso e acabou por fazer um casamento entre idade e tempo de serviço. E acho importante que a gente possa trazer essa discussão para o debate e que bom que nós temos um posicionamento do Ministro pelo fim dessa questão.

Também aborda ali questões que envolvem Fundo de Garantia para as empregadas domésticas – quero aqui mandar uma saudação à Salete, Presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas do Estado do Rio Grande do Sul. Acho que uma que precisa abordada, que é relevante, que é importante, e também ali, mais uma vez, sem titubear, manifesta-se o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, a quem queremos prestar o nosso cumprimento.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu acho que, além do fim do fator previdenciário, na nossa agenda, na agenda de todos, tem que estar também a redução da jornada de trabalho e as convenções 151 e 158 da OIT e principalmente uma nova tabela do Imposto de Renda. Não pode mais o povo brasileiro ganhar R\$ 1.400,00 e pagar Imposto de Renda. Então eu acho que temos que discutir toda essa agenda da classe operária para ajudar o Brasil a crescer. Principalmente, diminuindo os juros e o *spread* bancário, com certeza o dinheiro entrará na economia, entrará no mercado interno. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito bem lembrado aqui, Ver. Janta; nós também acreditamos muito que o setor econômico especulativo não é aquele que gera riqueza; o que gera riqueza no nosso País é o trabalho. Realmente é uma vergonha tributar Imposto de Renda do trabalhador que ganha R\$ 1.400,00. E quero aqui também fazer menção ao próprio Ver. Janta, que, em nome da nossa Bancada, pediu uma Sessão Solene em homenagem ao Dia do Trabalho aqui na Câmara, na terça-feira à tarde, na qual também estivemos participando. Também gostaria de tecer aqui essas considerações e fazer esse registro em nome da nossa Bancada. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. João Derly se inscreve e cede seu tempo para a Ver.^a Any Ortiz, em Comunicações.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa-tarde a todos, muito obrigada. Eu queria, primeiramente, agradecer ao meu colega João Derly pelo gesto, muito obrigada mesmo por me ceder este espaço em Comunicações. Eu vim aqui falar sobre o acontecimento desta semana. Já fiz uma nota como Vereadora para a imprensa, tenho respondido e conversado com as pessoas através das redes sociais, principalmente do Facebook, mas acho que também devo algumas explicações a vocês, meus colegas Vereadores, e ao público que nos assiste pela TVCâmara. Eu queria ler a mesma nota que coloquei na imprensa, que estou divulgando, porque fiquei extremamente estarecida com o que aconteceu na segunda-feira. Foi muito triste para mim, eu fui pega de surpresa com esta notícia e decidi não me furtar de vir até aqui falar para todos vocês, porque eu tenho muita consideração por meus colegas, acho que todos aqui desempenham um bom trabalho e merecem escutar isto de mim.

Eu estou no meu primeiro mandato como Vereadora, estou há quatro meses nesta Casa e, na manhã de segunda-feira, fui surpreendida com a informação de que o meu assessor estaria envolvido nessa investigação da Polícia Federal. Uma das questões levantadas pela Polícia é o envolvimento dele com o ex-Deputado Berfran Rosado. Eu sempre soube que o meu assessor já tinha trabalhado com o Berfran - era talvez amigo dele -, mas eu jamais tive indício de que essa relação se mantinha. Eu não tenho conhecimento do inquérito, como eu acredito que vocês também não tenham um conhecimento aprofundado dessas investigações. O que eu posso expressar é que, até o momento, durante esses quatro meses que ele esteve aqui trabalhando comigo, eu não tenho conhecimento de nenhum fato que desabone o seu trabalho; muito pelo contrário, sempre foi um ótimo Assessor Parlamentar.

Eu acredito na presunção da inocência, mas em respeito às investigações, eu decidi exonerá-lo, antes mesmo do feriado, para que o processo seja devidamente apurado. Eu confio no trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e eu acredito que essa investigação que já dura há mais de um ano seja bastante profunda. O que todos nós desejamos é que todos os fatos sejam esclarecidos, que essas pessoas possam responder para a sociedade, que espera delas uma resposta, e que a justiça seja feita.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora Any Ortiz, em consonância com o pronunciamento que fiz no início desta Sessão, quero cumprimentá-la, dizer da honra que tenho em tê-la como minha colega e que comungamos exatamente da mesma posição: que a Polícia Federal – que hoje está num outro patamar neste País – cumpra o seu papel. E nós só temos o dever de ajudar a Polícia Federal a cumprir o seu papel, investigar, porque nos interessa a investigação e nos interessa que nós possamos ser aquelas pessoas que somos, com a nossa conduta, com a nossa história e com a nossa luta sempre em favor dos interesses do nosso País. Quero cumprimentá-la e deixar aqui este meu depoimento.

A SRA. ANY ORTIZ: Com certeza, obrigada, Jussara, e faço tuas as minhas palavras também.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, agradeço a generosidade do aparte. E quero dizer que tenho, desde a semana passada, quase que remando contra a maré, buscado fazer um chamamento à prudência e à cautela, dizer que nós temos os marcos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, que, primeiro, é necessário, obviamente, que se saiba na inteireza quais são as acusações e o envolvimento das pessoas.

Obviamente que todos lamentamos que, mais uma vez, a política se encontre envolta em suspeitas, em escândalos, pois isso, infelizmente, atinge a todos nós. É uma espécie de espiral negativa, porque isso acaba por representar a negação da própria política, fazendo com que as pessoas insistam naquele discurso, Ver. Pujol: “Eu vou votar nulo, porque não adianta...” E não é por aí, isso não constrói. Mas, para além de tudo isso, eu quero, aqui, através da TVCâmara, dar o meu depoimento de que conheço a sua trajetória, vi uma jovem - eu, um pouco mais velho - que lutou desde o primeiro momento contra toda a sorte de dificuldades para construir o seu nome, a sua trajetória, a sua carreira. Vossa Excelência poderia ter se dedicado a qualquer outra coisa, mas resolveu se dedicar à vida pública, à edificação de uma sociedade melhor e, com muita luta, com muito denodo, se fez Vereadora, pelo seu esforço, pelo seu mérito. E todos nós, aqui, tenho certeza, reconhecemos e aplaudimos isso.

E também reconhecemos a luta histórica da Ver.^a Jussara Cony, que é uma mulher que está acima de qualquer coisa, uma mulher que nós conhecemos de uma vida toda - foi Deputada, foi Vereadora.

Para além de tudo isso, como Vereador, como colega, como Presidente do PMDB, quero deixar a minha palavra de solidariedade e a minha convicção da sua lisura, da sua retidão, e da sua transparência, assim como também da Ver.^a Jussara Cony e dos demais Pares que aqui estão nesta Câmara de Vereadores. Obrigado.

A SRA. ANY ORTIZ: Muito obrigada, Vereador.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte?

A SRA. ANY ORTIZ: Vereadora Mônica, é uma honra conceder-lhe um aparte.

A Sra. Mônica Leal: Vereadora, com muito orgulho, eu quero dar o meu depoimento como sua colega na Vereança e, também, na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, na qual nós estamos trabalhando, lutando por aquilo que é justo, merecido, seja para a segurança, ou para os direitos humanos da nossa Cidade. Eu tive o privilégio de constatar a sua dedicação, a sua retidão, a sua conduta, a forma correta como essa Vereadora que aí está na tribuna abriu o seu coração, compartilhando esses momentos difíceis, e de como está agindo. Eu tenho um imenso orgulho de ser sua colega.

E também queria fazer um registro sobre a trajetória da Ver.^a Jussara Cony, amiga do meu pai, Pedro Américo Leal, e da qual, também, muito me orgulho. Parabéns as duas pela postura assumida. Obrigada.

A SRA. ANY ORTIZ: Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Solicito que os apartes sejam mais breves, porque o tempo está se esgotando.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu lamento que a brevidade do aparte só parta agora, quando eu cheguei. Então, brevíssimamente, eu subscrevo tudo o que foi dito, e muito mais. E é de coração o que estou dizendo. Porque não podemos ficar nos diminuindo diante de uma certa situação criada, que não vai interromper, de modo algum, o promissor caminho político que sua juventude propicia. Meu abraço e minha solidariedade.

A SRA. ANY ORTIZ: Obrigada, Ver. Pujol.

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Só lamento que em algumas situações, quando venho dar meu aparte, eu seja cortado. E quase sempre é quando a Presidente Sofia Cavedon está na Mesa.

Ver.^a Any, nós, do PDT, somos solidários, sabemos da sua história, assim como sabemos da história da companheira Jussara Cony. Nada atinge a caminhada, a vida, o trajeto da Ver.^a Jussara - nem dela, nem dos 90 anos do seu Partido. Queremos prestar solidariedade e dizer que eu fui um dos que não assinou o pedido de CPI porque confio muito no trabalho da Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público. Estamos numa fase de prisão temporária, cujo prazo é de cinco dias, para trazer e averiguar indícios de algum fato antijurídico, podendo esse prazo ser prorrogado por mais cinco dias, e podendo, inclusive, os indiciados serem soltos, antes desse prazo, pela Polícia Federal, como já ocorreu com três dos envolvidos. Não significa que as pessoas que foram presas através da prisão temporária tenham algum envolvimento com esse fato. Era isso que eu queria dizer, deixando bem claro aqui. E somos solidários, sim, à senhora, à sua juventude, ao seu trabalho.

E somos solidários também àquela pessoa ali; sempre que subo à tribuna e falo na questão da dignidade e do trabalho comunitário, falo nela, e falo de coração. Obrigado, Senhores.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Any Ortiz, sei do seu trabalho, da sua honestidade, conheço sua família e sei o quanto é difícil se tornar Vereador. Quero dizer que concordo plenamente com tuas palavras.

E também quero dizer para a Jussara Cony, por quem tenho uma admiração extraordinária, de anos: Jussara, eu sei o quanto você está chateada com essa questão, mas eu tenho certeza absoluta que tu vais absorver isso, porque tu és uma pessoa guerreira, uma pessoa extraordinária e isso vai passar tranquilamente. Deus abençoe vocês.

A SRA. ANY ORTIZ: Obrigada, Ver. Brasinha. Para encerrar, eu gostaria de dizer que não só eu e a Jussara estamos muito chateadas com essa situação, mas todos os Vereadores estão. Eu acredito que ninguém gostaria de estar passando por isto: eu, com apenas quatro meses de mandato, já passar um por furacão desses tão grande. Eu acho que isso engrandece, sim, faz a gente ter mais força e mais vontade para poder trabalhar pelos nossos objetivos, dentro de uma sociedade mais justa, dentro de uma política mais limpa, e para que, Ver. Nagelstein, as pessoas não queiram mais votar nulo ou em branco, mas que elas queiram, sim, votar em políticos honestos, em políticos que batalham, em políticos que estão aqui, não importando a idade; pode ser eu antes dos meus 30, ou a Jussara com os seus 70, mas sempre com o mesmo objetivo.

E essa minha decisão de exonerá-lo e de afastá-lo não é nenhum juízo de valor, mas é, sim, para que a polícia possa desempenhar o seu bom trabalho, que as coisas sejam esclarecidas.

Eu tenho certeza absoluta que isso não vai influenciar em absolutamente nada a minha trajetória, a minha batalha que já vem de muitos anos para conseguir, hoje, ocupar esse espaço, para estar hoje dividindo com vocês e trabalhando junto com vocês por uma Cidade muito melhor.

Queria agradecer a colaboração, a compreensão e a palavra de todos vocês e o carinho que vocês têm tido tanto comigo, quanto com a minha colega, por esse momento muito complicado; momento esse não que a gente está passando, porque eu e a Jussara não estamos passando por absolutamente nada, mas algumas pessoas das quais a gente gostava, pelas quais a gente tem um carinho, e que estão agora enfrentando um momento muito difícil. Mas, com certeza, se elas tiverem algum envolvimento, vão prestar explicações para a sociedade. Porque eu, mais do que ninguém, vou cobrar que essas explicações sejam dadas. Muito obrigada, Sofia, por liberar os apartes e por me dar o tempo necessário para essa manifestação.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver.^a Any. Quero só deixar claro, aqui, que não tenho nada pessoal com nenhum Vereador ou Vereadora, mas busco, sim, um movimento que democratiza a participação de todos neste plenário. Há Vereadores aguardando os períodos de Grande Expediente e Liderança, então, eu gostaria que os Vereadores colaborassem, já que estamos sem o equipamento eletrônico que controla o tempo.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, sabendo que os meus cinco minutos vão correr muito rapidamente, vou fazer um esforço extraordinário para ser objetivo no meu pronunciamento.

Inúmeras pessoas, as mais queridas da minha convivência pessoal, me dizem, desde terça-feira, que eu deveria silenciar sobre esses acontecimentos - até porque politicamente não me julgo atingido, assim como não julgo atingido o meu Partido com todos os fatos que vêm aqui sendo narrados. Mas não quero também pecar por omissão nem ser acusado de ter espírito de corpo por prestar solidariedade às minhas colegas que se viram envolvidas nesse processo. Só quero, Ver.^a Mônica Leal, dizer que eu estranho muito essa figura nova que se criou na vida pública brasileira, de que os processos de investigação feitos pela Polícia Federal são sempre declarados como sendo impúblicáveis. Tem até uma expressão talhada para isso: são “segredos de justiça”. Inobstante essa alegação de que é segredo de justiça, a Cidade toda fica envolvida com informações, fatos, denúncias, que envolvem Deus e a todos. Há segredo de justiça nesse fato aqui, Ver. Cecchim? Que segredo de justiça é esse?

Eu não posso vir à tribuna fazer um manifesto em favor da Ver.^a Jussara Cony, porque ela não é acusada de nada! Ficam dizendo que “fulano pediu recursos para a campanha da Ver.^a Jussara Cony”, mas onde está o crime nesse negócio?

Eu, até hoje, me solidarizo com o nosso ex-colega Ver. Nelcir Tessaro, que foi colocado na imprensa como se estivesse preso, enquanto que, na verdade, estava gripado e dormindo em casa. Ora, onde está esse segredo de justiça, Ver. Airto Ferronato? Eu acho

que a população tem todo o direito de exigir que as pessoas que fraudam o serviço público, que se locupletam com o serviço público, sejam justicadas. Mas nós temos que voltar a dizer, alto e bom som, o que está escrito na Constituição brasileira, que todos são inocentes até prova em contrário. E, mais do que isso, que a todo brasileiro é assegurada a ampla defesa e o devido processo legal. Aliás, hoje parece que eu estou, Vereadora-Presidente, repetindo o Presidente do meu Partido, o Deputado Raul Pont, que disse exatamente isso. Ou será que eu tenho algum acordo secreto com o PT para dar cobertura a qualquer ato danoso à sociedade porto-alegrense? Será que Raul Pont, que foi Prefeito desta Cidade, que recebeu inúmeras críticas, mas nunca ninguém levantou nada quanto à sua honestidade pessoal, fraquejou agora? Depois de todo esse tempo, quando anuncia que vai deixar a vida pública, será que ele passou a ser mais um dos tantos a encobrir imoralidades e ilegalidades? Não, senhores, alguma coisa não está correta em todo esse processo. Em verdade, um inquérito feito pela Polícia Federal, Estadual ou qualquer tipo de Polícia, nada mais é do que uma peça preliminar a ser submetida ao Poder Judiciário. A Polícia investiga, indícia, mas não julga. Nenhuma dessas pessoas está julgada. Não podiam estar, especialmente quando está colocado que há segredo de justiça e estão estampados seus rostos na primeira página dos jornais! Onde é que está o segredo de justiça? Por isso eu contraria a opinião das pessoas mais caras da minha vida que me pediram que eu silenciasse nessa hora, mas não posso silenciar. Eu não sou solidário à Ver.^a Jussara Cony nem à Ver.^a Any Ortiz, nem a quem quer que seja; eu quero que, neste País, os direitos democráticos sejam por todos respeitados. E não é porque, eventualmente, alguém dos 18 presos possa ter relação pessoal comigo, que eu estou fazendo essa colocação. Eu estou falando porque acho que rico, pobre, remediado, liberal, comunista, seja lá quem for, não pode ser julgado por antecipação e colocado no escárnio perante a opinião pública. Por isso quero dizer que o Estado de Direito que eu estou a defender é de igualdade para todos, e com a liberdade e a tranquilidade de dizer que o meu Partido murchou tanto que eu não tenho mais nem condição de tê-lo incluído nesse rol. Não é uma posição político-partidária, é a minha posição pessoal. Não acho quem possa continuar eternamente lançando essa dubiedade, declarar que o processo tem segredo de justiça, e toda a cidade de Porto Alegre ser informada por rádios, jornais, televisão e todos os meios como blogues e redes sociais, incriminando quem quer que seja antes do devido processo legal e do devido julgamento.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Presidente Sofia, minha amiga; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; senhoras, senhores; nossos telespectadores e ouvintes; quero falar aqui em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista e essencialmente em nome do PSB, meu Partido, falar exatamente depois de ter ouvido as Vereadoras Jussara Cony e Any Ortiz, e após o pronunciamento do Ver. Pujol, que me ajudou bastante, porque eu estava pensando em como começar a conversa. Segredo de justiça para quem? Para quem? Parece-me que o segredo de justiça está apenas e tão somente protegendo corruptores! Ouviu-se esse estardalhaço em relação aos empresários corruptores, aliás, eu estava conversando ali sobre uma manifestação de Luis Fernando Veríssimo, que disse que o Brasil é um País estranho, de corruptos sem corruptores.

Nós precisamos começar por aí, portanto, jogar ao léu, aos quatro ventos, nomes de Vereadores, Vereadoras e qualquer outro cidadão, apenas porque se ouviu dizer que alguém está se manifestando em razão da Ver.^a Jussara Cony, da Ver.^a Any Ortiz, já é temerário e merece, sim, o nosso repúdio, Ver. Reginaldo Pujol. Não é possível que isso aconteça! Daí assediavam os políticos! Claro, claro! Existem, sim, as nossas dificuldades, no seio dos políticos. Agora, é preciso também refletir um pouco. Eu estou aqui para dizer isso e trazer minha solidariedade, sim, à Ver.^a Any Ortiz e à Ver.^a Jussara Cony. Ver.^a Jussara Cony, nós nos conhecemos, atuamos, militamos juntos há mais de 30 anos de história, de luta, uma luta ética, digna, séria, em prol da sociedade gaúcha e porto-alegrense - e por que não? - da sociedade brasileira. Portanto, estamos juntos. Também quero registrar que conheço há muitos anos, 30 anos, a família da Ver.^a Any Ortiz, seus pais, seus tios, e quero dizer o seguinte: a construção cidadã de alguém que está junto nesta luta de se eleger para representar o povo, deixar seus afazeres, sua trajetória de formação profissional - muitas vezes, as trajetórias de suas empresas -, e estar no Parlamento, é, sim, uma doação, e ninguém chega aqui porque chegou sem história; é preciso ter história. E nós queremos dizer que a história reconhecida da Vereadora,

Deputada, amiga, candidata a Vice-Governadora, estamos juntos, é uma história construída. E a história da Ver.^a Any Ortiz, que chega agora, não é a do seu assessor, que conheço há mais de 30 anos e que não estou aqui julgando; a Ver.^a Any Ortiz sequer teve tempo. Como nós vamos dizer agora que um companheiro do seu Partido, porque estava com ela no seu Gabinete... Mas o que a Ver.^a Any Ortiz tem contra si? Nada. Portanto, é sua história, sua trajetória, como eu vi, começa, sim, a partir de agora, mas já começou antes, muito antes. Ninguém que não tenha... Aliás, dizem que Vereador não pode receber, não precisa e não deve receber! A questão é a seguinte: muitos e muitos candidatos fazem a campanha na promessa de receber zero e não se elegem. Elegem-se aqueles em que o povo confia e acredita. E V. Exa., com a bela quantidade de votos que fez, tem, em torno de si, gente que compreende a importância do início de uma caminhada política, que será vitoriosa, sim. E não será um pequeno “ouvi dizer” que prejudicará a vida política da nossa querida Ver.^a Jussara Cony e da nossa querida e estimada Ver.^a Any Ortiz. Um abraço a todos e obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sra. Presidente, em nome do nosso PTB, nós também queremos aqui registrar a nossa solidariedade e a palavra de apoio às nossas Vereadoras da Casa, Jussara Cony e Any Ortiz. E quero dizer, Ver.^a Jussara, Ver.^a Any, que, em nome da Bancada do PTB, embora o Ver. Brasinha já tenha referido, acho que é importante reiterarmos a posição das Bancadas, dos colegas Vereadores no sentido de apoio e solidariedade. Nós estamos irmanados nesse processo de, juntos, garantirmos todo o processo, seja ele qual for. E, de uma forma midiática, alguém me perguntava por que só apareciam as fotos dos Secretários. A resposta é que a figura política vende notícia, vende jornal. E nós queremos aqui reafirmar, Vereadoras, reiterar que entendemos - como advogado que sou - que existem alguns princípios que são insculpidos na nossa Constituição Federal: o princípio do contraditório, da ampla defesa, da presunção da inocência, quando ninguém deverá ser condenado ou julgado sem sentença penal condenatória. E, na realidade, o que acontece? Estão prejulgando e já

condenando figuras políticas, sem antes, na realidade, sequer serem ouvidas! E nós aqui queremos apresentar o nosso protesto, Ver. Pujol, nesse sentido. Eu quero, nessa esteira, trazer a valorização de uma sentença penal, a valorização de uma sentença que é fundamentada pelo Poder Judiciário. Depois da ampla defesa, depois do contraditório, vem a sentença do Poder Judiciário. E nós queremos aqui, alto e bom som, em nome da Bancada do PTB, dizer que, há poucos instantes, a Justiça Eleitoral julgou improcedente duas representações do Ministério Público Eleitoral contra o Ver. Cassio Trogildo. (Palmas.) Sentença que o absolve, sentença que julga improcedente todas as denúncias! O nosso caro colega que militou, que fez uma campanha linda nesta Cidade estampada nos jornais, muitas vezes dizendo: "Terá o seu mandato cassado". E não é o que a sentença do Poder Judiciário disse! E nós aqui queremos noticiar aos colegas, dizendo da importância de nós, efetivamente, estarmos atentos ao processo legal, num Estado que proclamamos, que está lá na Carta Magna, o Estado Democrático de Direito. Este Estado oportuniza, sim, que haja manifestação, que haja oitiva de testemunhas e, de forma esclarecedora, tenha então a fundamentação para um Juiz trazer a sua convicção e o seu juízo de valor.

Portanto, eu quero aqui, em nome da Bancada do PTB, além de me associar às nobres colegas, dizendo que nós entendemos perfeitamente do trabalho, da dignidade, e, Ver.^a Jussara Cony, que, quando o meu pai passou por Vereador desta Casa, também há um apreço com V. Exa. e também com a Ver.^a Any Ortiz, que conhecemos os seus princípios, o denodo e o trabalho que desenvolve nesta Cidade. Portanto, aqui fica o nosso registro, alto e bom som, para que possamos todos juntos, Ver. Pujol, valorizar o que é mais importante neste Estado Democrático de Direito, qual seja, o princípio da presunção da inocência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, quero agradecer ao Líder do Governo, o Ferronato, junto com o Pujol, que me cederam este espaço, porque eu estava aflito por não poder fazer o relato do que foi o 1º de Maio, ontem, na nossa Cidade, no

nosso Estado e no Brasil, quando o Movimento Sindical foi às ruas, às praças, aos largos, às igrejas participando de procissão, levando entretenimento para a classe operária, e também na Praça México. A nossa Central fez eventos em Alvorada, Guaíba, Gravataí, Canoas.

A classe operária vem pedir ao Governo que seja dado aos trabalhadores... Nós pedimos à Nossa Senhora do Trabalho, a São José Operário que iluminasse o Governo e que a Presidente assinasse o fim do fator previdenciário. É inadmissível vermos o País dar dinheiro para banqueiro; é inadmissível vermos os trabalhadores aposentados pagando essa conta; é inadmissível vermos uma pessoa trabalhar, produzir uma vida inteira e, na hora que precisa de dinheiro para curtir o final da sua vida, que muitos dizem ser a melhor idade... Eu acho que é ladeira abaixo, acho que é a pior idade, porque a gente precisa mais remédios, mais conforto, mais carinho e, geralmente, a gente tem menos dinheiro, já que o Governo limita o pagamento da Previdência a um fator previdenciário e também a não usar o cálculo que usa para o salário mínimo, que usa para aumentar os créditos bancários para reajustar a Previdência Social no momento em que elas precisam...

Outra coisa que se faz necessária: uma nova tabela – não é nem mais a correção – do Imposto de Renda. Porque, hoje, quem ganha R\$ 1.400,00 paga 7,5%, e quem ganha acima de R\$ 4 mil já paga 27,5% da sua renda em Imposto de Renda.

Nós tivemos, ontem, alguns avanços para levar para os trabalhadores: continuamos tendo uma política para o salário mínimo, tivemos a regulamentação da profissão das domésticas – os últimos trabalhadores escravos deste País foram alforriados pelo Governo, que estabeleceu os direitos das empregadas domésticas -, mas ainda precisamos avançar muito na produção interna, precisamos avançar muito no mercado interno. Não podemos ficar vendo o Governo dando dinheiro para banqueiro; não podemos ver a produção do Brasil ser feita por impostos, por tributação – como é feita. Hoje, a nossa tributação se assemelha a um roubo, pode-se dizer, quando o arroz, o feijão, o açúcar, o azeite custam o mesmo preço para um trabalhador que recebe um salário mínimo e também para o Eike Batista. É o mesmo valor, é o mesmo preço; tem que ser um imposto vinculado à renda, vinculado ao que a pessoa ganha e não um imposto já embutido dos produtos.

Ontem, tivemos várias festividades, várias reivindicações, os trabalhadores continuam na rua lutando para melhorar suas vidas, lutando para levar dignidade para dentro das suas

casas, lutando pelo trabalho decente e, principalmente, para que os postos de saúde funcionem num horário em que os trabalhadores tenham acesso, para que os postos de saúde funcionem 24 horas, para que saia do papel o hospital da Região Metropolitana de Porto Alegre, que vai desafogar em 35% os hospitais Conceição e Cristo Redentor. Essas foram as bandeiras de luta que os trabalhadores do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre e do Brasil levaram às praças, aos paços, às avenidas no dia de ontem, discutindo um Brasil que cresça, um Brasil que avance, um Brasil que se desenvolva e que cumpra a agenda do trabalho decente.

Agradeço, novamente, ao Ver. Ferronato, ao Ver. Reginaldo Pujol. Quero também aqui deixar a solidariedade, minha e também da nossa Central, a uma companheira de luta que conheço há mais de 30 anos. Eu era menino, andava de bermudas, e a Jussara já estava deitando na frente dos ônibus, paralisando os ônibus, uma pessoa digna, uma pessoa de caráter irrevogável, uma pessoa que toda a sociedade de Porto Alegre conhece e que jamais desempenharia esse papel; jamais essa seria uma atitude de Jussara Cony. Se fosse para paralisar uma empresa, se fosse para reivindicar coisas para os trabalhadores, com certeza, essa pessoa estaria na frente, mas jamais iria permitir que a sua história de luta, o seu nome, a trajetória que construiu fossem manchados dessa forma que tentam manchar.

Temos que cuidar muito o que falam dos políticos. Falam demais dos políticos. Agora, temos que ver o todo da sociedade. Toda sociedade tem coisas erradas. Vamos começar pela imprensa: no dia em que saiu esse negócio todo, já crucificou um Vereador, ex-membro desta Casa, e ficou por isso mesmo. Cadê a retratação, cadê a indenização para a pessoa? Destroem a imagem das pessoas, e fica por isso mesmo.

Então, temos muitas coisas para ver neste País, e uma delas, com certeza, é a forma como os segredos de Justiça são divulgados, são vazados.

Que Deus abençoe a todos nós! Com força e fé, vamos seguir lutando pelos trabalhadores brasileiros. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, são momentos difíceis, é verdade. Ouvi a fala dos colegas Vereadores que me antecederam: Reginaldo Pujol; nosso Líder, Ferronato; Cláudio Janta.

Em primeiro lugar, vou abrir um parêntese para estender um cumprimento a todos os trabalhadores do nosso País pelo dia de ontem. Fui Secretário do Trabalho de Porto Alegre; fui Secretário da Indústria e Comércio – acumulava as funções de Secretário do Trabalho. Nós tínhamos o Sine Municipal; abrimos um Sine na Restinga; qualificamos mais de 10 mil trabalhadores, especialmente através do Sistema S, que é quase um passaporte para o mercado de trabalho. Tanto eu quanto o Ver. Cecchim nos dedicamos muito a isso. Então, um abraço. Fomos responsáveis pela Comissão Municipal de Emprego que se instalava lá dentro da SMIC, à época. Então, um abraço, Janta, a todos os trabalhadores do nosso País.

Ver. Nereu, eu pensava e, desde a semana passada, não me furtei às minhas obrigações tanto como dirigente partidário quanto como Vereador, político. “Deus me perdoe o dia que eu tiver que prestar contas à minha consciência e me acuse a mim mesmo da covardia de emudecer”, já dizia Rui, o nosso grande Rui Barbosa. Nós estamos, como eu falei há pouco, em aparte, à Ver.^a Any, numa espiral negativa. Nesses momentos, talvez o lado mais perverso do ser humano – ao lado, obviamente, da corrupção à que todos nós temos repulsa e nos posicionamos frontalmente contra... mas, ao lado disso, que é repulsivo também, há um outro fenômeno que é tão repulsivo quanto, que é este fenômeno do pré-julgamento e da generalização; do Estado às vezes policialesco, às vezes arbitrário, às vezes midiático, mas isso se registra na história da humanidade. Se nós olharmos a Revolução Francesa quando derrota o “*ancien régime*” e vem para a Plâce de la Concorde, as multidões gritavam em êxtase a cada cabeça que rolava porque, de fato, o que se estabelecia anteriormente era algo que aviltava a dignidade de todos. Em momentos como esses, é óbvio que nós compreendemos que grande parte das pessoas se revoltam e nos prendem nesse labirinto. Numa Casa Legislativa, por exemplo, nós deixamos de debater coisas importantes. Do Código de Posturas nós não tratamos, da Lei das Repots nós não tratamos, daquilo que é substantivo na vida da Cidade, da agenda positiva desta Casa nós deixamos de tratar! E, neste momento, infelizmente, os oportunismos sempre aparecem, sempre aparecem! Os necrófagos da política parece que estão de plantão, esperando que um corpo caia para, imediatamente, todos explorarem

aquilo. E a sociedade que aí fora está infelizmente meio que perdeu condições de fazer esse juízo correto das coisas.

Há pouco falava com a Ver.^a Any, um jornalista que acho que não é jornalista inventa uma história, coloca numa página social, 300 e tantos compartilhamentos! Eu sou Presidente do meu Partido com muito orgulho, Partido que governou este País, que três vezes governou este Estado e que tem homens da grandeza e da expressão de um Pedro Simon! Esse mesmo jornalista, que não é jornalista, pega no seu *site* uma foto pessoal minha, com a minha esposa, num ambiente familiar, reproduz e diz que eu estou acochambrado com essas coisas todas. E ali se seguem centenas de comentários: “Ah, mas é tudo assim, político é tudo a mesma coisa!”

Eu quero dizer que é difícil nós andarmos na contramão dos movimentos que se estabelecem, às vezes, de forma equivocada. E esse é de forma equivocada, essa generalização, Ferronato, porque não contribui para a política, não contribui para melhorar; contribui para se somar a esse estado geral de coisas que diz o seguinte: “Ah, mas é tudo a mesma coisa, não adianta, vamos votar nulo!” E isso melhora, Ver. Pujol? Isso depura ou qualifica uma Casa Legislativa, Brasinha, meu Líder Idenir Cecchim, Ver.^a Lourdes? Claro que não! Mas nós temos essa obrigação de não calar.

E aí uma pequena reflexão, Sra. Presidente. Eu sou advogado e aprendi com meu pai a ser advogado. Poderia ter sido Promotor se quisesse; se pudesse e tivesse estudado, quem sabe, Juiz, mas não quis, eu quis ser advogado. E, num determinado momento da vida, naquele “estalo” do Padre Vieira, eu quis ter vida pública. Poderia estar no escritório, tenho dois irmãos que estão lá muito bem, mas quis ter vida pública. E é cada vez mais difícil ter vida pública!

Na advocacia, esses mandamentos estão esculpidos na Constituição brasileira e, para que ali chegassem, vários dos nossos irmãos tiveram que tombar em defesa das liberdades, em defesa do direito de defesa contra a opressão do Estado, qualquer que seja ele, Ver.^a Jussara Cony: o direito da ampla defesa, o direito do contraditório, o direito de não ser liminarmente julgado sem sequer poder apresentar as razões. Nós não estamos mais nessa época. Nós superamos, graças a Deus, o período das penas físicas. Conseguimos construir, nos marcos de uma sociedade democrática, exatamente essa possibilidade de o acusado se apresentar e saber do que está sendo acusado e poder

formular a sua defesa. E aí nós temos os institutos que estão consagrados na Constituição, volto a dizer, graças a essa luta histórica.

Aí nós temos o tal de segredo de Justiça. Eu me pergunto que segredo de Justiça é esse, quando as imagens da busca e apreensão são veiculadas no principal jornal desta Nação? Por que entrar na casa de uma pessoa com uma câmera ligada e a Polícia e filmar um maço de R\$ 10 mil, ou dois, três relógios, em si, não quer dizer nada! Retirado de um contexto, em si, não quer dizer nada! Qualquer um de nós pode ter obviamente não R\$ 500 mil, R\$ 600 mil, isso, certamente, é um indício, um indicativo de alguma ilegalidade; mas qualquer um pode ter R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, isso, em si, não quer dizer nada. Um processo que está em segredo de Justiça... Mas que segredo de Justiça é esse se as imagens estão no Jornal Nacional? Então, é preciso, Sra. Presidente, que todos nós reflitamos a respeito disso. É um pouco daquela passagem: “Um dia chegaram à casa do meu vizinho e o levaram; ele era judeu, eu não sou judeu, não me manifestei. Um dia chegaram à casa do meu outro vizinho; ele era comunista, eu não sou comunista, não me manifestei. Um dia chegaram à minha casa, e ninguém por mim se manifestou.” Ninguém é a favor da impunidade, e não estou falando isso. Mas existem, volto a dizer, instituições que foram muito caras para que conseguíssemos construí-las. Existem nortes constitucionais que foram muito caros para que conseguíssemos construí-los: a ampla defesa, o contraditório. Num Estado policalesco, num Estado arbitrário, num Estado totalitário, isso não existe. Aí está a fronteira! A nossa luta não é pela impunidade ou não, a nossa luta é por todas as conquistas, especialmente as da sociedade brasileira, ou pelo retorno ao tempo do arbítrio e ao tempo em que garantia ou direito nenhum se dava a ninguém senão aqueles da força, da coação, da coerção e do poder dominante. Não é isso que nós queremos. Nós queremos averiguação, mas queremos o devido processo legal, queremos que as provas venham ao processo, não à mídia; queremos que o réu sente em frente a um Juiz e apresente as suas alegações através dos seus constituintes, dos seus advogados; que o Ministério Público exerça na plenitude as suas prerrogativas de agente ministerial. Enfim, o que se quer, o que se pede, o que se reza e pelo que nós, como Casa Legislativa, precisamos lutar e usar esta tribuna para garantir são os avanços da sociedade universal em gênero e, em particular, da sociedade brasileira que, quando se colocam à frente episódios como esse, Ver.^a Sofia, em que pontualmente questões vazam, imagens saem, que não servem para nada mais senão para constituir um juízo

prévio de condenação da classe política... isso nós não podemos aceitar. Não queremos a impunidade; nós queremos a Constituição brasileira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver.^a Sofia, Presidente; Vereadores, Vereadoras, colegas que me assistem; eu escutei atentamente todas as manifestações dos meus colegas Vereadores nesta tribuna hoje à tarde e confesso que o que eualaria seria na mesma linha, ou um pouco mais. Mas eu preciso dizer antes de qualquer coisa que, neste minuto, me assola um sentimento, um receio de que a humanidade me parece quase perdida. Quando eu vejo tanta gente usar a Internet como se fosse uma arma contra os outros, disparando tiros, ferindo pessoas na sua honra e destruindo trajetórias de vida, eu fico pasma. Esta fotografia da Ver.^a Any está sendo divulgada na Internet por um *fake* dizendo que ela não quis assinar a CPI do Meio Ambiente porque o Chefe de Gabinete dela foi um dos presos pela Polícia Federal. (Mostra fotografia.) Isso é nojento! A Ver.^a Any não assinou a CPI como tantos outros Vereadores, como eu não assinei a CPI, porque tem Polícia Federal, tem Ministério Público! Eu nunca vi uma CPI ser produtiva! CPI é palanque político, ora!

(Aparte antirregimental.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Oportunista, muito bem colocado! São atitudes incompreensíveis, e só pode ser desequilibrado aquele que se arvora ao ataque por detrás de uma máquina. É inacreditável que pessoas assim consigam dormir à noite. Só pode ter o lado da falta de lógica, do racional, afinal, mostram que fazem sem pensar nas consequências. E quando um desvairado desses pega pela frente um ofendido que resolve responsabilizá-lo na Justiça, aí é um drama mexicano, e o discurso do agressor é

aquele da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, mas claro que o mesmo esqueceu de uma parte importante: agir com responsabilidade. Existem muitas coisas erradas que são feitas em nome da liberdade de expressão, da qual sou grande defensora, desde que com responsabilidade. Nos dias atuais, a liberdade de expressão é um dos grandes direitos democráticos das pessoas. Quer dizer que é possível falar livremente o que bem se entende, e isso é um direito, inatingível direito.

Experimente, Ver. Pujol, experimente, mesmo cheio de razão, xingar qualquer pessoa na rua, frente a frente, e quando esse alguém revidar com um soco, fale então do seu legítimo direito à liberdade de expressão e tente que fique tudo bem, como se não tivesse acontecido nada. Ora, é claro que a liberdade de expressão tem limite, e aqui diz isso, com toda a tranquilidade, uma jornalista que defende a liberdade de expressão. A ninguém é dado o direito de ofender as pessoas, não se pode, em nome dessa liberdade, agredir, mentir, caluniar. Sem choro, nem vela, ultrapassando esse limite, a consequência para pessoas dadas a essa prática, no mínimo, será a responsabilidade por aquilo que foi dito, escrito e feito juridicamente.

O que eu quero dizer com isso, senhores e senhoras que me escutam, é que a minha formação é Jornalismo. Eu sou jornalista, formada, pós-graduada em Ciência Política, defendendo a liberdade de expressão, mas tenho nojo disso aqui, eu abomino esse tipo de liberdade de expressão que as pessoas costumam dizer.

A Ver.^a Any foi atingida na sua honra. A caminhada que ela faz é digna, é honrada, e ela não assinou a CPI, como eu não assinei! E não assino nenhuma CPI, porque não acredito em CPI! Já disse e reafirmo nesta tribuna: CPI é palanque político em ano pré-eleitoral! Mais uma vez eu quero registrar, Ver.^a Jussara Cony: eu escutei a sua entrevista, a caminho desta Câmara, eu assisti a todas as manifestações, eu acompanho o sofrimento da Ver.^a Any Ortiz no seu primeiro mandato, porque, assim como nós duas, ela é marinheira de primeira viagem, está sofrendo. Eu acompanhei a Ver.^a Any na sua campanha, somos do mesmo bairro, juntas carregávamos os nossos cavaletes porque não tínhamos estrutura para as campanhas, não tínhamos gabinete, nós éramos candidatas sem condições e tínhamos que fazer uma campanha franciscana. Em muitas madrugadas eu via a Any carregando, com esse jeitinho de menina, magrinha, fininha, como a gente diz, aqueles cavaletes enormes, colocando-os no carro! Estava ali uma batalhadora. Essa mesma menina merece respeito, e eu não vou permitir que façam o

que estão tentando fazer com ela na Internet! Nem com a senhora, Ver.^a Jussara Cony, por quem tenho uma admiração profunda, algo que herdei de meu pai.

Hoje eu ia ocupar esta tribuna para falar dos meus Projetos, dos meus cinco meses de Vereadora nesta Casa, do meu orgulho, da satisfação de estar aqui. Nós, Vereadores, temos uma união muito forte, que sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas; nós não admitimos que se vá para a rua ofender um colega nosso pelo simples prazer, como disse o Ver. Valter Nagelstein, de tripudiar, de amassar, de destruir vidas.

Por fim, eu queria ainda fazer um registro nesta tribuna, dizendo que, no dia 18 de março, acompanhada pela Ver.^a Any, representando a Comissão da qual faço parte com muito orgulho, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, visitei a sede do Departamento de Criminalística, como foi tão bem mostrado aos senhores naquelas fotografias, que faz parte do IGP, uma sede em completa deterioração, sem condições de atender os seus 260 funcionários. Mas, antes de eu ir ao Ministério Público e ao Ministério Público do Trabalho, tentei, Ver.^a Sofia Cavedon, por cinco vezes, ser atendida na Casa Civil pelo Chefe da Casa Civil, pelo nosso ex-colega, Ver. Pestana. A coisa é tão inusitada que, certo dia, encontrei-o no supermercado e disse a ele: “Vou despachar aqui mesmo, no corredor, o meu problema, que se chama IGP”. Fiquei de receber uma ligação para uma agenda, uma reunião, não recebi; depois, falei com a Ver.^a Sofia, com o Ver. Comassetto, ou seja, meu pedido de agenda não interessou. Mas não era eu, Mônica, era a Segurança do Rio Grande do Sul que carecia dessa atenção, porque o IGP – Instituto Geral de Perícias, o Departamento que está ali naquela sede, que está sem condições, que tem infiltrações, tem goteiras, tem uma porta só, pequena, para 260 funcionários, que não tinha extintores atualizados, inúmeras coisas erradas, é uma parte importante da Segurança do nosso Estado!

Eu pensei que seria atendida, mas não fui. Então, eu levei o dossiê que fiz ao Ministério Público e ao Ministério Público do Trabalho, porque eu tenho responsabilidade, eu atendo a minha consciência, eu sou Vereadora porque faço política pelo bem do meu Estado e da minha Cidade, eu tinha que fazer isso. E, mais uma vez, estou aqui dizendo aos senhores que não fui atendida, mas, por outro lado, quero contar a vocês que, dessa visita, foi gerado o dossiê com todas as informações e, hoje, no dia 2 de maio, houve o primeiro depoimento ao Ministério Público do Trabalho, quando foi chamado o Diretor do Departamento de Criminalística, Sr. Antônio Pedro da Luz Figini. Estamos acompanhando

o processo, esperando que seja ágil e que seus apontamentos caminhem para a melhoria do trabalho dos técnicos, dos médicos legistas e peritos. Por que isso? Porque este Instituto é fundamental para a elucidação dos crimes. Foi este Instituto que elucidou os crimes dos taxistas; foi este mesmo Instituto que colaborou, que trabalhou diuturnamente naquela desgraça que ocorreu em Santa Maria, no incêndio da boate Kiss. Essas pessoas estão sem condições de trabalho, por isso, a Comissão de Segurança Urbana visitou a sede do Departamento de Criminalística, aprontou um dossiê e quis a hora com o Chefe da Casa Civil, mas não conseguiu. Então, nós recorreremos ao Ministério Público. Eu sou uma Vereadora da Capital do Rio Grande do Sul, eu penso, Ver.^a Sofia, que eu merecia essa reunião para pedir pela Segurança do Rio Grande do Sul, que, pelo jeito, está em descaso, porque eu não recebi nenhum retorno das minhas solicitações de agenda.

Por fim, eu gostaria de contar, também, já que tenho tempo, que entrei com alguns projetos que considero muito importantes, que estão tramitando na Casa, e que vou discorrer sobre eles. Esses projetos encontram-se na Diretoria Legislativa.

Um deles é o Projeto de Lei que dispõe sobre a inserção de mensagens educativas relativas à preservação ambiental no material impresso pelo Executivo Municipal; já que a preservação ambiental é tão importante, nada mais justo que a lição seja feita em casa.

Também o Projeto de Lei que proíbe a utilização de fogos de artifício e similares em locais fechados, no âmbito do nosso Município, que já se encontra para Parecer na CEFOR. Lida com a prevenção do uso inadequado desses equipamentos.

Também está o Projeto que determina a obrigatoriedade das vistorias periódicas das edificações comerciais ou espaços fechados com grande reunião de público, que visa a verificar o estado geral dos mesmos para identificar eventuais falhas de segurança de instalação contra incêndio e de instabilidade das construções, protegendo a vida do usuário. Basta vermos o horror que foi o desabamento do prédio que matou centenas e feriu inúmeras pessoas em Bangladesh.

E, para finalizar, o Projeto de Lei Complementar que visa a incluir parágrafo à Lei que trata da Preservação do Patrimônio Público e Privado dentro do Código de Posturas de Porto Alegre, a partir do serviço Disque-Pichação, que sugeri, quando Vereadora em primeiro mandato, ao Executivo Municipal, em 2006, que prevê prisão em flagrante de pichadores denunciados. A proposta sugere uma pena mais pesada ao infrator através de

aplicação de multas de valor correspondente ao gasto na contratação de profissional capacitado para o reparo do dano. Em palavras muito simples e coloquiais, eu quero dizer que chega de destruir o patrimônio público da nossa Cidade. Agora, este Projeto tem como objetivo responsabilizar as pessoas que destruírem o patrimônio de uma forma muito simples: o infrator vai lá, se responsabiliza pela restauração, se for uma restauração de um bem cultural, que requer mais cuidado, ele paga, ele não só limpa - num primeiro momento, ele vai lá e limpa. E, se for um bem cultural que exige restauração apropriada, ele paga do seu bolso para acabar com esse vandalismo que está assolando a cidade de Porto Alegre e que rouba a nossa memória, leva a nossa história, e isso é uma vergonha! (Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Mônica.

O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. NEREU D'AVILA: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Sras. e Srs. Vereadores, hoje inicia, depois do feriado de 1º de Maio, o mês de maio, efetivamente, porque o primeiro dia foi o Dia do Trabalho, que é feriado nacional. Então, hoje é um dia histórico para a Guarda Municipal de Porto Alegre, cujos briosos componentes estão aqui conosco no plenário e têm auxiliado esta Câmara de uma maneira muito salutar. É importante, Sra. Presidente, hoje, porque a Guarda Municipal comemorará, neste ano, 121 anos de existência, e há 17 anos não tinha aumento da faixa. V. Exas., ano passado, votaram, por proposta do Executivo e desse Secretário que estava à testa da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana na época, aquilo que há 17 anos os Guardas vinham pretendendo e não haviam, ainda, obtido, que era o aumento da faixa quatro para a faixa seis. No primeiro ano, até o dia 1º de maio, foi obtida a faixa cinco. E, a partir de hoje, está contando a faixa seis. Parabéns, senhores Guardas Municipais! Presidente, eles estão percebendo, a partir de hoje, a faixa seis, possibilitando um aumento real, na sua remuneração, de 46,33%, quase 50% em dois anos. Ou seja, enquanto a inflação anual não passa de 5%, 6%, eles vão obter um aumento substancial por merecimento, por ter uma história e um trabalho, e aliás, agora, aqui na Câmara, estão mostrando seu valor e o seu efetivo trabalho em prol da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Aliás, há 121 anos.

Mas não foi só isso que obtivemos como Secretário de Direitos Humanos e Segurança Urbana, nós conseguimos também a Gratificação de Risco de Vida que eles não tinham - eles tinham que andar de ônibus, fardados -, e esse Risco de Vida significa 30 %, mas o principal: assim como a faixa salarial, a Gratificação de Risco de Vida eles vão levar na aposentadoria. Havia a ilusão da hora extra, pois recebiam 90 horas extras por mês, mas essa é uma ilusão, porque, quando se aposentavam, o salário diminuía, porque a hora extra, como se sabe, não leva para a aposentadoria. Então o Risco de Vida foi outra conquista para a Guarda Municipal.

Além disso, na nossa gestão, levamos um ano lutamos na Prefeitura, porque é evidente que houve resistências para a mudança da Rua João Alfredo, que era uma pocilga, era uma indecência! A Secretaria não tinha as menores condições de funcionamento! Levamos ali para o antigo DEMHAB, na Av. Padre Cacique. Lá na Rua João Alfredo era 1.060 metros quadrados, e o imóvel atual, na Padre Cacique, são 2.520 metros quadrados, com 20 vagas de estacionamento, auditório, ar-condicionado central e refeitório.

Posso dizer com orgulho que foi uma conquista minha – minha! -, pois eu e os meus assessores lutamos na Prefeitura, porque, evidentemente, naquela pocilga da João Alfredo o aluguel era muito mais barato, mas hoje eles estão lá decentemente colocados. Então posso dizer, alto e bom som, que foi uma luta minha como Secretário a mudança da Secretaria para a Av. Padre Cacique.

A implantação da sala de videomonitoramento, com 25 câmeras monitorando parques, praças e prédios públicos, e a implementação do cercamento eletrônico da praça da Alfândega, isso também na nossa gestão.

A concessão do vale-transporte, que eles não tinham. É estarrecedor, mas eles não tinham vale-transporte, é bom que a população saiba, porque essa televisão chega à população. O cartão Tri era solicitado e não obtido desde 2006, hoje eles não precisam mais entrar fardados nos ônibus.

Novos uniformes e calçados. Aliás, diga-se de passagem, os próprios Guardas aqui da Câmara foram lá me procurar para obter o mesmo tecido, dado que o tecido e as botinas que obtivemos eram melhores - para ver como os uniformes da nossa Guarda são bons.

Conseguimos 80 pistolas tipo Taser, arma não letal para uso da GM em suas rotinas de ronda e vigilância. Aumentamos o número dos Guardas com porte de arma. Tivemos a

aquisição de 12 viaturas, como Secretário, com orçamento próprio da Prefeitura. Mas eu não sou de desconhecer o que os outros fazem. Quero dizer que, sim, conseguimos 12 viaturas, conseguimos duas motos 700 cilindradas. Quando o Presidente Lula vinha a Porto Alegre - e agora a Dilma - ele se queixava que não havia motos que concorressem com as motos possantes da Brigada, da Polícia Federal e outros. Então nós conseguimos. Entregamos duas motos 700 cilindradas para uso do GEM, Grupo Especial Motorizado, que, aliás, esses que estão aqui, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a maioria é do GEM. É um grupo especial, um grupo fantástico, um grupo de alta categoria, de primeira grandeza na Guarda: GEM, Grupo Especial Motorizado.

E não é porque veio do Lula e do Tarso Genro, quando era Ministro da Justiça, que vamos deixar de reconhecer o que o Pronasci significa, não só para a Prefeitura de Porto Alegre, mas para o Estado e em muitos ramos. Realmente, conseguimos para o Pronasci mais viaturas, vans e outras melhorias para a Guarda Municipal. Na verdade, havia aqui na Câmara um Vereador que usava chapeuzinho, meio gordinho e tal, de óculos, que vinha para a tribuna falar mal da Secretaria, mal de mim. Houve outra Vereadora aí que se juntou com uma demente lá da Secretaria, que mentiu à beça; tentaram me humilhar aqui, trouxeram até Promotor em uma reunião da antiga Comissão de Direitos Humanos - Vereadora, aliás, que nem foi reeleita -, mas não conseguiram, porque o Promotor disse: "Eu não tenho nada que fazer aqui!". Não tinha nada, não tinha afirmação nenhuma. Uma Guarda que não regulava da cabeça resolveu ameaçar com armas e depois veio se queixar aqui na Câmara. E aqui, agem demagogicamente, às vezes, mas eu vim aqui e respondi. Hoje eu digo para aquele do chapeuzinho, que nem foi reeleito, que eu me ufano de ter feito, eu fui o autor da ideia de criar a Secretaria. Aliás, eu queria a Secretaria pura de Segurança para Porto Alegre, como é hoje. E não fiz nenhuma obrigação. Eu vi em São Paulo, quando a Marta Suplicy era Prefeita, e trouxe a ideia para cá. Na época o PT não quis, dois anos depois me procuraram e criaram a Secretaria, que hoje tem oito anos. E eu digo aqui, para que fique gravado para sempre, que eu tive o privilégio, além da ideia, de trazer a Secretaria para Porto Alegre, que eu sei, na minha humildade, sem jactância... quem me conhece sabe que eu sou absolutamente - até nem poderia ser diferente - uma pessoa humilde, sabedora das suas limitações. Mas ninguém, nesses oito anos - ninguém -, fez mais do que eu na gestão daquela Secretaria e criou mais benefícios, principalmente para os cerca de quinhentos e poucos guardas municipais.

Ninguém fez mais do que eu, repito, e, a partir de hoje, vão passar a ganhar e vão levar para a aposentadoria 46,33% - quase 50% - em dois anos, em dinheiro vivo, a partir de hoje. Foram V. Exas., Srs. Vereadores e Vereadoras, que votaram aqui essa Lei, sim, mas evidentemente porque nós instruímos e demonstramos que era um avanço para Porto Alegre, e agora, quando invadem e depredam a Prefeitura, vê-se o valor da nossa briosa Guarda Municipal, Ver. Pujol, que este ano vai fazer 121 anos.

Eu não vim aqui para lançar confetes em mim mesmo, não sou ridículo - sou responsável, quem me conhece sabe disso -, mas não poderia, até para não ser omisso, deixar de vir aqui registrar hoje, quando está começando a faixa seis, e, no fim deste mês de maio... os guardas municipais estão aqui de testemunha, e se alguém duvidar o que estou dizendo, tem um, dois, três, quatro ilustres guardas aqui, do GEM, presentes nesta tarde, que podem confirmar o que estou dizendo. Então, eu quero, primeiro, dizer que a Câmara cumpriu, como sempre vem cumprindo há muitos anos, e votou aqui com grande proficiência e rapidez - naturalmente que essa faixa teve que ser votada pelo Poder Legislativo, e V. Exas. votaram na época, parabéns a Câmara na época. E digo mais Ver. Pujol e Ver. Delegado Cleiton, que também se interessa muito por essa faixa; aliás, já estava até cotado para ser o Secretário, mas, por circunstâncias, não está lá, o que eu lamento.

Mas quero dizer aqui, Vereador, que precisamos aumentar agora o efetivo da Guarda. No meu tempo ali, havia 657, mas, com aposentadorias, doenças, uma série de coisas, concursos em que eles passam e saem, hoje, temos quinhentos e poucos, e são poucos! Consegui um concurso em que conseguimos 78 novos guardas, mas é pouco. Temos que, a partir de agora, fazer pressão para que o Executivo continue valorizando a Guarda e que se faça novo concurso ou se aproveite os concursados chamando mais uns cem, cento e poucos, porque há necessidade, Srs. Vereadores, desse contingente.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu peço vênias a V. Exa. para interromper o seu inflamado e justificado pronunciamento. Sou testemunha presencial do seu esforço, da sua luta e, sobretudo, da verdadeira cruzada que desenvolveu aqui na Câmara Municipal, enfrentando os mais diferentes obstáculos para transformar em realidade a criação da Secretaria de Segurança do Município de Porto Alegre, que, no começo, teve um nome até um pouco contraditório,

mas que hoje é a Secretaria de Segurança do Município de Porto Alegre, cujo embrião, cuja ideia inicial indiscutivelmente deve ser creditada a Vossa Excelência. Então, quero cumprimentá-lo. Além do mais, tenho boas referências sobre o seu trabalho lá na Secretaria de Segurança do Município, especialmente nesses últimos momentos, e eu espero que ele não seja interrompido; que alguns convênios que V. Exa. tinha estabelecido possam ser retomados para continuarem fazendo o bom trabalho que eles vinham fazendo. De qualquer sorte, fica o meu registro absolutamente isento. Eu cheguei a duvidar, no início, quando V. Exa. propôs o... Houve problema de iniciativa, discutimos na ocasião, V. Exa. me dobrou, eu procurei dar uma ajuda, ajudei, contribui com alguma coisa, mas a grande luta, o entusiasmo, a dedicação e a obstinação foram de V. Exa. Meus cumprimentos.

O SR. NEREU D'AVILA: Obrigado, Vereador, V. Exa. é sempre muito generoso. Obrigado pela referência.

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nereu, é muito justo que essa categoria receba uma luta sua, uma luta da categoria. Se há uma luta da categoria, ela tem que ser nominada, e eu sei que há uma luta muito grande da categoria, mas não podemos parar somente nesses avanços. A Guarda Municipal precisa urgentemente de um plano de carreira, a Guarda Municipal espera, se não me engano, a entrada de 81 novos membros, e está findando a validade do concurso. Eu já encaminhei um procedimento ao Sr. José Freitas, nosso atual Secretário, encaminhei inclusive ao Prefeito Fortunati e encaminhei também para a Academia de Polícia Civil, porque estão dependendo também das últimas aulas de tiro. Então, precisamos avançar mais, e muito mais. Neste ano, o Prefeito separou as Secretarias, dando uma importância maior às duas Secretarias, Direitos Humanos e Segurança Pública, em respeito ao que se faz e o que se pede de segurança em Porto Alegre, e acho que a Guarda Civil, a Guarda Municipal é fundamental nesse trabalho de Segurança pública, não só para cuidar dos prédios de Porto Alegre, mas, sim, para cuidar das pessoas de Porto Alegre; para os prédios, já existe tecnologia de monitoramento. A Guarda Municipal tem que receber qualificação e cuidar das pessoas de Porto Alegre. Obrigado.

O SR. NEREU D'AVILA: Muito obrigado, Vereador. Concluo, Vereador, agradecendo a generosidade de V. Exa. também na questão do tempo. Concluo dizendo que concordo integralmente com V. Exa., e mais ainda: deixamos lá, e o novo Secretário já deve estar providenciando, que os guardas tenham curso de inglês a longa distância, que deixamos encaminhado, porque todos devem ser preparados – taxistas, inclusive, guardas e tantos outros – para receber, no ano que vem, a nossa Copa de 2014. Ver.^a Sofia Cavedon, muito obrigado, e parabéns aos guardas. Levem aos seus colegas, então, o regozijo, que não é pessoal, é desta Casa, é do Executivo, juntos. Mas de uma coisa os senhores podem ter certeza: nesses 17 anos em que não havia sido conseguida essa faixa de quatro para seis, foi porque faltou vontade política; neste Governo Fortunati e na Secretaria Nereu D'Avila, foi conseguido. Parabéns a todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Está encerrado o Grande Expediente.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Ver. Delegado Cleiton. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço à Ver.^a Jussara Cony, que aqui está, na base da oposição, do grupo da oposição, por me ceder este tempo para eu poder falar em nome dos nossos Partidos, porque o tema de hoje à tarde, de alguma maneira agudo, bastante agudo pelos últimos acontecimentos, merece uma reflexão por um viés um pouco diverso do que aqui foi colocado. É verdade que há uma indignação em muitos Partidos pela exacerbação da mídia em relação às ações da Brigada Militar, às denúncias, aos processos que estamos vivendo. E, nesse quesito, quero concordar com V. Exas. considerando, Ver. Reginaldo Pujol, um elemento muito importante que aqui não apareceu: as concessões de mídia, neste país, estão concentradas em sete famílias poderosas. Concessões foram realizadas durante o período de exceção, foram realizadas relações bastante promíscuas do Estado

brasileiro com famílias de grandes proprietários rurais ou de grandes grupos econômicos. E nós temos um dever; aliás, um dos deveres fundamentais, Ver.^a Jussara, para realização plena da democracia deste País e para instituição plena da República é rever, sim, essas concessões. Outros países já o fizeram colocando limites na propriedade de meios de comunicação. Não é possível que o Brasil esteja dividido em capitâncias hereditárias e que famílias dominem o quarto poder neste país. E é disso que são vítimas muitos dos que falaram hoje aqui; muitas vezes, o Partido dos Trabalhadores foi vítima assim como o Partido Comunista do Brasil. Isso é muito dos regimes de exceção, autoritários, em que direitos foram suprimidos, pessoas foram cassadas e muitos foram patrocinados, sim, pela mídia em mão de poucos que querem manter os privilégios neste País. Então, nesse tema, nós temos pleno acordo, só não temos acordo na forma de fazer, porque quando tratamos de democratizar a mídia, muitas vezes, o meu Partido é chamado de “partido da censura”. A Presidente da Argentina, Cristina Kirchner; o Presidente da Venezuela, todos os que quiseram democratizar a mídia para que de fato ela permitisse diferentes visões foram acusados de autoritários ou de totalitaristas. Então, eu quero devolver essa reflexão aos senhores e senhoras que vêm aqui e protestam em relação à mídia. O Brizola, e todo o patrocínio... Eu assisti ontem, e recomendo, ao filme “O Dia que Durou 21 Anos” para ver o papel que a mídia cumpriu no período mais duro deste país, de retirada de direitos. Mas eu quero falar de outra dimensão da instituição da democracia no País, que é a reforma política, sim. Todos nós estamos vendo que no financiamento privado de campanha, assim como tem um financiamento sério, claro, declarado, por outro lado, há problemas seriíssimos, porque não existe financiamento gratuito neste País. E cada vez as campanhas estão mais caras, cada vez as campanhas comprometem mais mandatos Parlamentares e Executivo. E, cada vez mais, se mostra, se demonstra que o Parlamento, que os Executivos, em alguma medida, acabam se comprometendo pelo financiamento privado de campanha. E o Congresso Nacional não aprendeu ainda a lição! E o Congresso Nacional não faz a lição de casa que o povo brasileiro está pedindo: que se estabeleça e se faça a reforma política! E nós, o PCdoB e o PT, defendemos o financiamento público exclusivo de campanha, Ver. Airto Ferronato. O PSB também defende o financiamento público exclusivo de campanha, sob controle da população, com conta única, com igualdade de acesso a recursos, com prestação de conta única. Para quê? Para que a sociedade controle, para que liberte os representantes

do financiamento privado. Essa tarefa é necessária e urge! E quero falar, sim, do fortalecimento das instituições, do fortalecimento do Ministério Público, do fortalecimento da Polícia Federal, da Polícia Estadual, das Brigadas que possam ter capacidade, sim, de fiscalização, de investigação, de ação, não para fazer factóide, não para fazer exploração, não para cometer injustiças, mas para fazer o controle, sim, das posturas republicanas que têm que ter todo os dirigentes deste País e todos representantes deste País! Então, aqui, nós vamos defender, sim, não o fato para a mídia, mas o fato para que a cidadania se sinta segura, quando vota, sabe que, depois, terá fiscalização! Esse é o papel dos Parlamentos, também, e esse é o papel do Ministério Público, também! Obviamente, se nós instalarmos outro sistema político, nós teremos muito menos a investigar. Mas um País precisa das estruturas de investigação, de controle, de fiscalização, porque nós teremos um País muito mais democrático.

Portanto, senhores, ninguém aqui apoia exacerbações, ninguém aqui apoia a mídia que quer destruir a classe política, porque é muito mais fácil com uma classe política desmoralizada, a mídia continuar comandando este País. Então nós não temos acordo com a generalização, Ver.^a Mônica, não temos acordo! Agora os processos de moralização, de republicanismo neste País precisam acontecer, e a gente deve muito à sociedade brasileira ainda.

Portanto, esta Casa, que já recompôs mandatos cassados, que foi valorosamente guerreira, tem que estar à altura, sim, com seus instrumentos, com suas frentes parlamentares, com CPI, quando necessário, com as suas Comissões, porque Porto Alegre tem muito a dar de exemplo para o País de políticas públicas sobre o controle social, que escutem a população que otimizem recursos públicos a partir do que a sociedade também deseja. Este é o desejo, Ver.^a Fernanda, em nome de toda a oposição. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Passamos à

PAUTA

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, estou em discussão preliminar de Pauta e quero falar sobre o Projeto do Ver. João Derly, já fazendo, Ver.^a Jussara Cony, uma referência que me esqueci de fazer na interferência de Liderança de oposição de que V. Exa. apresentou aqui um Requerimento da Frente Parlamentar pela Reforma Política. Vinte e seis Vereadores já aderiram e vão trabalhar por esse processo de reforma política. Inclusive, na Pauta, está o Projeto de Lei do Ver. João Derly que determina que os *royalties* do petróleo destinados a Porto Alegre sejam para a Educação - um Projeto de Lei que também apresentei e que o Ver. João Derly já havia apresentado. Eu apresentei para a reforma na Lei Orgânica. Então a lei do Ver. João Derly é uma lei ordinária. Eu espero que as duas tramitem juntas, porque acho que deve ser cláusula pétrea; portanto, deve estar também na nossa Lei Orgânica. Esse é um exemplo de como é difícil, neste País, de os anseios do povo brasileiro se realizarem. O Congresso já derrotou três vezes o Executivo na sua intenção de direcionar os *royalties* do petróleo para a Educação. A Presidente Dilma propôs, agora, novamente, uma nova medida provisória. Esse é um recurso novo. Tem que investir no que é novo, ter um novo capital humano, um capital cultural no País, para a sua transformação.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, sei que o seu tempo é curto, vou procurar ser o mais objetivo possível. Desde o seu pronunciamento anterior eu já ia lhe pedir um aparte, que espero seja uma contribuição. É que eu também firmei, junto com a Ver.^a Jussara Cony, o meu compromisso com a reforma política. Só acho que esta não pode ser a que vem sendo anunciada no País, que é fatiada. A reforma política ou é o conjunto todo e é feita pensando no futuro e não na necessidade momentânea, ou não é reforma política. Por final, Vereadora, com relação ao Pré-Sal, o que vamos dividir, se o Pré-Sal não gerou um centavo para o Brasil nos últimos cinco anos? Só se discute e se briga entre os Estados e Municípios o destino de um recurso que ainda não surgiu e que, pelo jeito, não vai surgir tão cedo.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Reginaldo Pujol, tenho acordo com V. Exa. de que temos que fazer uma reforma política bastante densa. O Partido dos Trabalhadores, o meu Partido, defende uma Constituinte exclusiva para realizá-la. E fico feliz com seu apoio. Estamos, inclusive, coletando assinaturas para que essa reforma política aconteça com uma constituinte exclusiva. E acho que, sim, talvez a gente possa, com um sistema político que garanta a representatividade proporcional, por exemplo. Hoje, o Norte e o Nordeste, no Congresso, têm uma representação muito maior percentualmente do que o Sul e o Sudeste, em relação à população.

É muito difícil, portanto - e eu escutava, hoje, o nosso Secretário da Fazenda -, evoluir para o fim da guerra fiscal, porque o Nordeste tem muito interesse nessa guerra, oferecendo benesses para as empresas. E este é um avanço que o País poderia oferecer aos seus Estados: padronizar a cobrança do ICMS, dos impostos, para que, de fato, o desenvolvimento do País não seja uma guerra de abrir mão, mais e mais, de Receitas. São elementos que dependem, sim, de uma reforma política, inclusive dos recursos novos, que espero, Ver. Pujol, existam em relação ao Pré-Sal.

Então, o Ver. João Derly tem o meu apoio, tem a nossa iniciativa, no sentido de que Porto Alegre já consagre os futuros *royalties* do petróleo para a Educação. Nós vamos colocar isso também na Lei Orgânica, para que tramite conjuntamente, no sentido de dar um exemplo para o País. Muito obrigada, Ver. Delegado Cleiton.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Pauta de hoje está recheada com 12 projetos, todos eles com belos significados, sem excluir nenhum. Não cabe a nós, em cinco minutos, nos manifestarmos sobre todos os

projetos; só ao enunciá-los tomaria todo o tempo. Optei, já que é a primeira discussão preliminar, por me fixar em dois projetos. O primeiro deles, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, (Lê.): “...inclui § 4º no art. 14 e §§ 1º e 2º no art. 15 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro –, alterada pela Lei nº 8.323, de 7 de julho de 1999, subdividindo o serviço de transporte coletivo em comum e expresso.” A ementa já nos diz qual é o objetivo do Ver. Paulinho Motorista, que, evidentemente, traz para o corpo do Projeto toda a experiência que ele tem pela sua atividade. Eu vi que não há óbice por parte da Procuradoria da Casa, de vez que o que se pretende é a inclusão de um parágrafo no art. 14 e de dois parágrafos no artigo 15, com uma definição do que é transporte coletivo comum e transporte coletivo expresso. O transporte coletivo comum seria aquele que usualmente nós conhecemos, que são transporte de passageiros em ônibus ou lotação, com paradas intermediárias durante o percurso que ele realiza; e o expresso, como o próprio nome diz, seriam os tais “diretão”, que hoje atuam em determinadas áreas de Porto Alegre com início e fim pré-determinados. É evidente que é um Projeto que tem relevância, e a gente vai procurar esmiuçá-lo. Acredito que essa forma direta absoluta poderia ser amenizada com a redução das paradas intermediárias, com isso dando agilidade, que, certamente, esse veículo passará a ter, uma vez aceita a sua alteração legal e credenciado para a execução das tarefas aqui estabelecidas. Seria uma espécie de “seletivo” previsto na legislação e que até hoje não foi devidamente regulamentado.

De outra parte, o Projeto do Ver. João Derly tem ressalva da nossa Procuradoria e traz consigo aquele vício, digamos assim, que apontei no aparte que lhe pedi, Ver.^a Sofia Cavedon, de que estamos discutindo a aplicação de um recurso que não existe. Além de ter razão nossa Procuradoria, não podemos fazer essa imposição, essa determinação, porque fere a Lei Orgânica do Município. Resta essa outra situação, e nós estamos trabalhando em cima. Olha, o País inteiro está se dividindo ao longo do tempo, há questões entre o Estados do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, contra o restante do País em função do recurso do Pré-sal; inclusive, apurou-se que o Pré-Sal já não é mais do Pré-Sal, é de qualquer recurso gerado pela exploração de gás e petróleo no País. Então, estamos perdendo muito, nos desgastando muito numa discussão inconsequente. Precisaríamos estudar uma forma adequada de o Pré-Sal efetivamente ser executado

neste País e iniciarmos com orçamentos exequíveis a exploração na nossa plataforma continental, onde existe em profundidades muito superiores àquela que hoje estamos realizando a coleta de material, que mais tarde será refinado e utilizado na economia do País, especialmente na sua mobilidade. Então, essa exploração de grande profundidade tem tido um orçamento que muitos sustentam que torna inexecutável a sua realização, porque o custo desse material seria muito elevado e faria com que a sua utilização gerasse uma transformação totalmente inaceitável no preço colocado para o consumidor. Acho que o Ver. João Derly tem essa preocupação muito positiva, mas nós precisaremos, com muito tato, não frustrá-lo no seu objetivo, já que ele é um Vereador que inicia promissora e a sua atuação nesta Casa. Mas, com habilidade, franqueza, lealdade, sinceridade, vamos nos somar a ele para discutirmos alternativas que transformem esse Projeto, que tem vício de legalidade e inconstitucionalidade no momento, num Projeto exequível e que possa satisfazer as suas ambições, os seus anseios. Era isto, Sra. Presidente. Fico grato pela sua atenção.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Reginaldo Pujol. V. Exa. e esta Vereadora cumprimos a discussão preliminar de Pauta, garantindo que os projetos progridam no seu processo de tramitação.

Agradeço aos funcionários e aos Vereadores presentes ainda, bravamente, Ver. Delegado Cleiton e Ver. Elizandro Sabino.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h13min.)